DIÁRIO OFICIAL

Prefeitura Municipal de Alagoinhas

ÍNDICE

PREGÃO ELETRÔNICO
RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO PE 030/2026 .....
RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO PE 030/2026 .....

PORTARIA
PORTARIA Nº 4.637- LICENÇA PRÊMIO- LUCILENE SANTOS CAVALCANTE .....
PORTARIA Nº 4.638- LICENÇA PRÊMIO- RENILDA DE CARVALHO SANTOS .....
PORTARIA Nº 4.639- LICENÇA PRÊMIO- DANIEL SILVA ANDRADE .....
PORTARIA Nº 4.640- LIENÇA PRÊMIO- ISRAEL SILVA DE JESUS .....
PORTARIA Nº 4.641- LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE- JUCILENE DOS REIS BISPO .....
PORTARIA Nº 4.642- LICENÇA PRÊMIO- ANDRÉ RICARDO DOS SANTOS LISBOA .....
PORTARIA Nº 4.643- LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE- MARIA GILDETE DA CONCEIÇÃO FERREIRA .....
PORTARIA .....
PORTARIA GAPRE Nº 006- REVOGA PORTARIA Nº 015/2025- MARINEUZA SANTOS DE ABREU .....
PORTARIA .....

DECRETO
DECRETO .....
DECRETO .....
DECRETO .....

CHAMAMENTO PÚBLICO
3ª RELAÇÃO DE CANDIDATOS(AS) DEFERIDOS(AS) OU INDEFERIDOS(AS) INSCRITOS(AS) NO EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 004/2026, PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOA(S) FÍSICA(S) E/OU JURÍDICA(S) .....

DISPENSA
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DL 034/2026 .....

NOTIFICAÇÃO
NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 002-REGULARIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PUBLICITÁRIOS INSTALADOS SEM LICENÇA MUNICIPAL E AVISO DE REMOÇÃO ADMINISTRATIVA .....

TERMO ADITIVO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO .....

DECRETO FINANCEIRO
DECRETOS FINANCEIROS .....

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO PE 030/2026

PREFEITURA ALAGOINHAS | SEDES Secretaria Municipal de DESENVOLVIMENTO SOCIAL

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8038/2026
ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDES
IMPUGNANTE: PETRAMAQ COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.
CNPJ: 42.395.236/0001-14

I – DO RECEBIMENTO E DA ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO

Em análise à impugnação apresentada pela empresa PETRAMAQ COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA., referente ao Edital Retificado do Pregão Eletrônico nº 030/2026, a área técnica procedeu à avaliação dos questionamentos apresentados, considerando as disposições do edital e do Termo de Referência que integra o Processo Administrativo nº 8038/2026.

A análise tem por finalidade esclarecer os requisitos técnicos e operacionais da contratação, demonstrar a compatibilidade das exigências com as necessidades da Administração Pública e assegurar condições objetivas para a formulação das propostas, preservando a competitividade do certame, a eficiência administrativa e o interesse público.

II – DA DELIMITAÇÃO DO OBJETO E DAS QUESTÕES CONTROVERTIDAS

O item II da impugnação apresenta uma contextualização do objeto licitado e reconhece expressamente algumas disposições do edital e do Termo de Referência, tais como a exclusão do fornecimento de papel, a conversão do preço do milheiro em preço unitário por página e a segregação do faturamento de impressões monocromáticas e coloridas.

Entretanto, nesse tópico, a impugnante não formula pedido específico de alteração de cláusula ou de revisão de requisito técnico, limitando-se a indicar, de forma genérica, os assuntos que pretende discutir nos itens subsequentes.

Dessa forma, não se identifica, no item II, pretensão autônoma que demande alteração do instrumento convocatório. Os questionamentos efetivamente formulados serão apreciados individualmente nos respectivos tópicos desta resposta, observando-se as disposições já estabelecidas no edital e no Termo de Referência.

III – DA ARQUITETURA TECNOLÓGICA E DA COMPETITIVIDADE

a) Funcionalidades que deverão ser implantadas e capacidades exigidas dos equipamentos

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA ALAGOINHAS | SEDES Secretaria Municipal de DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O Termo de Referência, em seu item 5.3, estabelece que os equipamentos devem possuir plataforma de desenvolvimento aberta que permita incorporar soluções de bilhetagem, *pull printing*, impressão siga-me e retenção de trabalhos baseados em filas de impressão. O item 5.7, por sua vez, determina que os equipamentos possuam solução de retenção de impressão, com liberação mediante autenticação por AD (Active Directory), LDAP (Lightweight Directory Access Protocol) ou PIN (Personal Identification Number).

A exigência de compatibilidade com as três tecnologias de autenticação decorre da necessidade de atender às diferentes condições de infraestrutura tecnológica existentes nas unidades municipais, bem como de preservar a flexibilidade necessária para futuras alterações ou ampliações dessa infraestrutura.

Assim, os equipamentos ofertados deverão ser compatíveis com as três modalidades indicadas — AD, LDAP e PIN —, permitindo à Administração utilizar aquela que seja adequada à infraestrutura disponível em cada unidade. Isso não significa que todas as tecnologias devam ser utilizadas simultaneamente em cada local, mas que os equipamentos devem oferecer suporte às alternativas previstas.

A exigência busca evitar que o Município fique limitado à utilização de determinada tecnologia, caso uma unidade não disponha de domínio AD ou de serviço LDAP, ou caso haja necessidade de alteração futura da infraestrutura de autenticação.

Quanto à bilhetagem, o Termo de Referência exige a disponibilização de sistema de gerenciamento e contabilização das impressões realizadas, de modo a permitir a aferição mensal dos volumes produzidos e o correspondente faturamento. A contratada deverá, portanto, assegurar os meios tecnológicos necessários para essa contabilização, independentemente da arquitetura técnica adotada para implementá-la.

A exigência de plataforma aberta visa permitir a incorporação das funcionalidades necessárias ao longo da execução contratual, sem estabelecer obrigação de ativação indiscriminada de todos os recursos em todos os equipamentos desde o primeiro dia, quando não houver necessidade operacional.

A comprovação do atendimento deverá ocorrer por meio da documentação técnica do equipamento e da solução ofertada, sem prejuízo da verificação de conformidade pela Administração.

b) Combinações de equipamentos, softwares e fornecedores independentes

Quanto à solicitação de identificação das combinações de equipamentos e softwares consideradas no levantamento de mercado e dos fornecedores independentes capazes de fornecer o conjunto exigido, esclarece-se que a Administração não dispõe de relação

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

previamente validada de fornecedores independentes para todas as combinações tecnológicas possíveis.

O Município define os requisitos funcionais e técnicos necessários à satisfação do interesse público, cabendo a cada licitante realizar seu próprio levantamento de mercado, identificar fabricantes, distribuidores e fornecedores de soluções compatíveis e estruturar sua proposta comercial de acordo com as exigências do edital.

A responsabilidade pela seleção dos componentes, licenças e soluções tecnológicas necessárias ao atendimento do objeto é da licitante, que deverá garantir a compatibilidade e o funcionamento integrado do conjunto ofertado, bem como cumprir integralmente as obrigações contratuais.

Não compete à Administração indicar fornecedores específicos ou estabelecer previamente quais combinações comerciais cada participante deverá utilizar, pois tal providência poderia interferir na autonomia de composição das propostas.

A viabilidade da solução deverá ser demonstrada pelo atendimento às especificações e aos resultados exigidos, e não pela indicação de determinada marca de software ou fornecedor independente.

c) Aceitação de soluções integradas por módulos, aplicações externas ou servidores

O item 5.3 do Termo de Referência exige que os equipamentos possuam plataforma de desenvolvimento aberta que permita incorporar as funcionalidades de gerenciamento, bilhetagem, *pull printing*, impressão siga-me e retenção de trabalhos.

A exigência não determina a utilização exclusiva de uma aplicação específica nem estabelece que todo o processamento deva ocorrer necessariamente no próprio equipamento. O próprio descritivo técnico admite, para determinadas funcionalidades de digitalização, processamento na estação do usuário, no servidor ou no equipamento.

Assim, poderão ser utilizadas soluções integradas por módulos, aplicações externas ou servidores, desde que compatíveis com os equipamentos e capazes de atender integralmente às funcionalidades, aos requisitos de segurança e aos resultados operacionais exigidos no Termo de Referência.

A contratada permanecerá integralmente responsável pela compatibilidade, implantação dos componentes necessários, funcionamento da solução, suporte técnico e contabilização dos volumes produzidos, não podendo eventual incompatibilidade entre os componentes ofertados justificar o descumprimento das obrigações assumidas.

Não se exige, portanto, uma arquitetura tecnológica única, mas o atendimento efetivo aos requisitos estabelecidos para a contratação.

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA ALAGOINHAS | SEDES Secretaria Municipal de DESENVOLVIMENTO SOCIAL

d) Alcance da expressão "em qualquer multifuncional da rede local"

A expressão prevista no item 5.7 do Termo de Referência refere-se à possibilidade de o usuário liberar o documento retido em qualquer equipamento multifuncional abrangido pela solução dentro de sua respectiva unidade de atendimento.

Não se estabelece, por essa disposição, a obrigatoriedade de disponibilização de impressão siga-me entre unidades geograficamente distintas, especialmente considerando que o objeto abrange unidades com estruturas e condições de conectividade próprias.

A solução deverá atender às necessidades de retenção e liberação de documentos dentro de cada unidade, observadas as condições de infraestrutura disponíveis e as funcionalidades exigidas no Termo de Referência.

IV – DO PLANEJAMENTO, DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E DA PESQUISA DE PREÇOS

Disponibilização do Estudo Técnico Preliminar

O item 2.1 do Termo de Referência estabelece que a fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada nos Estudos Técnicos Preliminares, indicados como apêndice do documento.

Dessa forma, em que pese não haja obrigatoriedade da publicação prévia do ETP, o mesmo será disponibilizado à impugnante conforme solicitado e aos demais interessados, como forma de demonstrar o compromisso com a transparência deste Município de Alagoinhas, observadas as regras de publicidade aplicáveis ao procedimento licitatório.

Cotações, mapa de apuração e documentos de suporte

Quanto ao pedido de acesso às cotações, memórias de cálculo, mapa de apuração e demais documentos que fundamentaram o orçamento estimado, esclarece-se que tais documentos integram a instrução da fase preparatória sendo *facultado* à Administração disponibilizar como anexo ao edital.

O art. 18, § 1º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021 prevê que a estimativa do valor da contratação seja acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte. O art. 23 da mesma lei disciplina os parâmetros para a formação do valor estimado, o que foi plenamente obedecido por esta Administração, culminando no valor estimado previsto e devidamente detalhado no Termo de Referência, sendo estes os elementos necessários e suficientes para elaboração das propostas das empresas participantes.

Para tanto, utilizou-se as contratações similares através do Sistema Banco de Preços, com a publicação prévia no Diário Oficial deste Município da solicitação de propostas a fim de garantir ampla publicidade e realidade dos preços a serem referenciados no processo além de cotações

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

direta com o fornecedor em meio eletrônico cadastrados pela secretaria SEDES, tudo amplamente documentado nos autos do processo.

Assim, adotou-se como critério para seleção da proposta mais vantajosa à Administração a média de preço entre as propostas finais apresentadas, observando-se os princípios da economicidade, razoabilidade, eficiência e do interesse público que regem a Administração Pública.

V – DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE, DA BILHETAGEM E DA PROTEÇÃO DOS DADOS

Sistema de bilhetagem atualmente utilizado pelo Município

O Município não possui sistema de bilhetagem de impressões em utilização para o parque de equipamentos abrangido por esta contratação para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

O Termo de Referência prevê a disponibilização de uma solução de impressão integrada, incluindo gerenciamento e bilhetagem, com o objetivo de permitir o acompanhamento dos volumes efetivamente produzidos, a geração de relatórios e a apuração mensal dos valores devidos à contratada.

Embora o equipamento deva possuir plataforma que permita incorporar as funcionalidades previstas, isso não significa que seja obrigatória a instalação de um servidor dedicado ou a ativação indiscriminada de todos os recursos embarcados em cada equipamento, independentemente da necessidade operacional.

A implantação dos componentes necessários à execução da solução deverá ser realizada pela contratada, conforme a arquitetura técnica adotada e as necessidades verificadas durante a implantação. **Se houver** necessidade de servidor, software adicional, licenciamento ou outro componente para assegurar o funcionamento da solução ofertada, caberá à contratante prover os recursos necessários ao cumprimento do objeto, observadas as responsabilidades estabelecidas no Termo de Referência.

Independentemente da arquitetura adotada, a contratada deverá disponibilizar os meios tecnológicos necessários à contabilização mensal das impressões e cópias realizadas, com relatórios confiáveis e individualizados por equipamento, de modo a permitir a apuração dos valores a serem pagos pela Administração, sem a necessidade de instalação de servidor para coleta dos dados necessários para contagem das impressões.

Autenticação por PIN sem integração com AD ou LDAP

Confirma-se que a autenticação por PIN, sem integração com AD ou LDAP, atende ao requisito do item 5.7 do Termo de Referência, desde que a solução ofertada permita a retenção e a liberação segura dos documentos mediante digitação do código PIN.

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Essa alternativa é especialmente relevante para unidades que não disponham de infraestrutura de autenticação por AD ou LDAP. A previsão de alternativas permite que o Município utilize a tecnologia mais adequada à estrutura de cada unidade, sem exigir a implantação de domínio ou serviço de diretório onde isso não seja necessário.

Reitera-se, contudo, que os equipamentos ofertados deverão atender às três tecnologias previstas no Termo de Referência, ainda que a utilização prática de cada modalidade ocorra conforme a necessidade e a infraestrutura local.

Servidor e infraestrutura de processamento

O Termo de Referência não estabelece a obrigação de instalação de um servidor dedicado em cada unidade municipal, tampouco determina que toda a solução seja executada exclusivamente em servidor físico local.

A arquitetura de processamento poderá ser definida pela contratada, desde que compatível com os equipamentos, com a infraestrutura disponibilizada pela Administração e com as funcionalidades exigidas.

Quando a solução proposta necessitar de servidor, software, licenças ou infraestrutura adicional para atender às exigências contratuais, a contratante deverá providenciar os recursos necessários, sem transferir à contratada os custos ou obrigações que não estejam previstos no instrumento convocatório.

Permanece válida a responsabilidade da contratante, estabelecida no item 1.7 do Termo de Referência, de disponibilizar a estrutura local necessária ao funcionamento dos equipamentos, incluindo rede elétrica, rede lógica e locais adequados para instalação.

Retenção de documentos e proteção de dados

A funcionalidade de retenção prevista no item 5.7 destina-se a manter o documento aguardando a autenticação do usuário para posterior impressão, contribuindo para a segurança documental e para a redução da exposição indevida de informações.

Não se exige arquivamento permanente do conteúdo dos documentos impressos. A retenção de trabalhos deverá limitar-se ao período e à finalidade necessários à liberação segura da impressão, observadas as características da solução ofertada e os requisitos aplicáveis de segurança da informação e proteção de dados pessoais.

Os registros necessários à contabilização, à auditoria e à fiscalização contratual deverão ser mantidos na medida necessária à comprovação dos serviços prestados e ao cumprimento das obrigações legais e contratuais, sem que isso implique armazenamento permanente do conteúdo integral dos documentos.

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA ALAGOINHAS | SEDES Secretaria Municipal de DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A solução deverá permitir o controle dos acessos e a proteção das informações sob sua responsabilidade, observando a legislação aplicável, inclusive a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

VI – DO FABRICANTE ÚNICO E DO DIMENSIONAMENTO DA DEMANDA

a) Exigência de equipamentos do mesmo fabricante

O item 5.2 do Termo de Referência estabelece expressamente que todos os tipos de equipamentos deverão ser do mesmo fabricante (marca), não sendo aceitos equipamentos de fabricantes diferentes, com a finalidade de padronização do parque de impressão.

A exigência está relacionada à contratação de uma solução integrada de outsourcing, na qual os equipamentos, os serviços de manutenção, a bilhetagem, o gerenciamento e o fornecimento de suprimentos precisam operar de forma coordenada.

A padronização do fabricante busca proporcionar maior uniformidade operacional, facilitar a administração do parque de impressão, simplificar os procedimentos de suporte e manutenção, reduzir a diversidade de interfaces e procedimentos de configuração e favorecer a compatibilidade entre os equipamentos e a solução de gerenciamento adotada.

Além disso, a utilização de equipamentos de uma mesma marca contribui para a uniformização dos procedimentos de manutenção preventiva e corretiva, para o controle de peças e suprimentos compatíveis, para a capacitação dos usuários e técnicos e para a gestão centralizada do parque.

A padronização também facilita o compartilhamento de impressoras e a utilização das funcionalidades de retenção, liberação e gerenciamento dentro das unidades atendidas, reduzindo potenciais dificuldades de interoperabilidade decorrentes da utilização de plataformas distintas.

Ressalta-se que a exigência não estabelece a indicação de marca específica pela Administração. O edital exige apenas que os equipamentos ofertados pertençam a um mesmo fabricante, permitindo que os licitantes escolham a marca que melhor atenda às especificações técnicas e às condições comerciais do certame.

Por essas razões, mantém-se a exigência prevista no item 5.2 do Termo de Referência, devendo a solução ofertada observar a padronização estabelecida no instrumento convocatório.

b) Dimensionamento da estimativa mensal de impressão

O item 3.3 do Termo de Referência apresenta a estimativa mensal de milheiros por unidade e por equipamento, contemplando a demanda identificada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e suas unidades vinculadas.

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

O dimensionamento foi realizado com base em contratos anteriores e na estimativa mensal de impressões apurada a partir dos volumes observados em meses anteriores, considerando as necessidades operacionais de cada unidade e as perspectivas de demanda e expansão dos serviços.

As quantidades indicadas constituem estimativas para fins de planejamento e formação das propostas, não representando garantia de consumo mínimo por equipamento ou por unidade.

A produção efetiva poderá variar conforme o fluxo de atendimento, as atividades administrativas e a demanda de cada local. Por essa razão, a medição e o faturamento da produção deverão considerar os volumes efetivamente realizados, observadas as regras previstas no Termo de Referência.

A distribuição estimada tem por finalidade orientar o dimensionamento dos equipamentos e dos serviços, permitindo que a solução contratada disponha de capacidade adequada ao atendimento das necessidades municipais, sem transformar as projeções em obrigação de impressão de quantitativos predeterminados.

VII – DA REMUNERAÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

O Termo de Referência estabelece, em seu item 1.5, que o pagamento será composto pela parcela referente ao posto de impressão, correspondente ao equipamento disponibilizado, acrescida da quantidade mensal de cópias e impressões efetivamente produzidas.

Trata-se, portanto, de remuneração composta por duas parcelas distintas: a disponibilização dos equipamentos e a produção efetivamente realizada.

O item 1.5.1 determina que, nos equipamentos multifuncionais coloridos, as impressões monocromáticas e coloridas sejam contabilizadas e faturadas separadamente, aplicando-se a cada modalidade o respectivo preço unitário contratado.

O item 1.6 estabelece a cobrança proporcional à quantidade impressa em cada equipamento, conforme relatório gerado pelo sistema de bilhetagem, enquanto o item 1.6.1 determina que o preço unitário por página seja calculado mediante a divisão do valor do milheiro por 1.000 páginas.

Dessa forma, o faturamento deverá observar a soma dos postos de impressão efetivamente disponibilizados e aceitos, conforme os preços contratados, com o valor correspondente às páginas efetivamente produzidas no período de apuração, respeitadas as regras contratuais de fiscalização, medição e eventuais glosas cabíveis.

A estimativa mensal de produção não constitui, por si só, franquia mínima garantida de impressão. O pagamento da parcela variável deverá corresponder à produção efetivamente apurada, não sendo devido o pagamento por páginas que não tenham sido produzidas.

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA ALAGOINHAS | SEDES Secretaria Municipal de DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Quanto à unidade de contagem, deverá ser observado o quantitativo efetivamente contabilizado pelo sistema de bilhetagem, com a possibilidade de conferência pelos contadores próprios do hardware, conforme previsto no item 5.4 do Termo de Referência.

Os contadores dos equipamentos possuem função de auditoria e confirmação dos quantitativos informados nos relatórios. Havendo divergência entre as informações, caberá à fiscalização proceder à conferência dos registros antes do ateste da medição, de modo a assegurar que o pagamento corresponda aos serviços efetivamente executados.

A apuração deverá, ainda, respeitar a segregação entre impressões monocromáticas e coloridas, inclusive quando as páginas em preto e branco forem produzidas em equipamento colorido.

Assim, os critérios de remuneração e medição já encontram previsão no Termo de Referência, devendo a execução contratual observar os parâmetros nele estabelecidos e os preços unitários resultantes do certame.

VIII – DA COERÊNCIA DA DESCRIÇÃO ECONÔMICA E DO REAJUSTE

a) Utilização da expressão "comodato"

O capítulo 14 do Termo de Referência utiliza a expressão "regime de comodato" ao descrever o fornecimento dos equipamentos. Entretanto, o item 1.5 estabelece expressamente que a remuneração compreenderá o posto de impressão por equipamento disponibilizado, acrescido da produção efetivamente realizada.

A leitura conjunta dessas disposições demonstra que a expressão empregada no capítulo 14 se refere à disponibilização dos equipamentos como parte da solução contratada, não afastando a remuneração expressamente prevista no modelo econômico do objeto.

A contratação não se limita à cessão gratuita e isolada de equipamentos, pois contempla uma solução continuada de impressão, incluindo disponibilização dos equipamentos, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, suprimentos e consumíveis, suporte técnico e gerenciamento dos volumes produzidos.

Dessa forma, a remuneração deverá observar a estrutura econômica definida no item 1.5 e no orçamento da contratação, não podendo a expressão "comodato", isoladamente, ser interpretada como supressão da parcela contratual correspondente aos postos de impressão.

Vale salientar que o OBJETO desta contratação a NATUREZA DO OBJETO e demais itens estabelecem por si só o regime da contratação, através do serviço de outsourcing de impressão, contemplando pagamento para instalação dos equipamentos**, em regime de locação,** onde são estipulados os valores unitários e total dos mesmos, **não havendo nenhuma razão para considerar divergência que comprometa a contratação,** tratando-se claramente de equívoco na digitação da palavra comodato.

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA ALAGOINHAS | SEDES Secretaria Municipal de DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Dessa maneira, resta inequívoco, maior clareza e uniformidade documental, a palavra "comodato" está fora de contexto, onde o objeto principal é a LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, através da solução continuada de impressão (outsourcing).

b) Data-base do reajuste contratual

Quanto ao questionamento apresentado acerca das cláusulas 7.1 e 7.2 da minuta contratual, esclarece-se que a previsão referente à data-base e à anualidade do reajustamento deve ser interpretada em conformidade com o art. 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a vinculação do reajustamento à data do orçamento estimado e o respeito ao interregno mínimo legal.

Ressalta-se que a definição da data-base contratual não significa autorização para aplicação imediata de reajuste, tampouco permite a concessão de reajustamentos em periodicidade inferior à legalmente estabelecida. O reajuste somente poderá ser concedido após o transcurso do interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir da data-base aplicável, observadas as condições previstas no instrumento contratual e na legislação vigente.

Dessa forma, a existência de previsão contratual sobre a data-base não assegura à contratada o direito de solicitar ou receber reajuste antes de completado o período mínimo legal. O pedido de reajustamento deverá observar a anualidade, o índice estabelecido e os demais requisitos contratuais e legais pertinentes.

Assim, esclarece-se que as disposições contratuais devem **ser compreendidas de forma conjunta e sistemática,** não havendo, por esse motivo, necessidade de alteração do Termo de Referência ou da minuta contratual, desde que a aplicação da cláusula observe a data-base legalmente pertinente e o interregno mínimo de 12 (doze) meses.

IX – DA CONCLUSÃO

Diante da análise realizada, conclui-se que os requisitos técnicos questionados encontram fundamento nas necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e de suas unidades vinculadas, especialmente no que diz respeito à padronização do parque de impressão, à segurança na liberação de documentos, à contabilização automatizada das páginas produzidas e à confiabilidade dos critérios de medição e faturamento.

Os esclarecimentos prestados **não alteram a finalidade do objeto nem afastam as exigências técnicas previstas no Termo de Referência.** Busca-se, sobretudo, explicitar a interpretação dos requisitos existentes e delimitar as responsabilidades da contratada e da Administração.

Quanto ao acesso aos documentos de planejamento, o ETP será disponibilizado, e os demais documentos da pesquisa de preços deverão ser tratados conforme as regras de publicidade e eventual sigilo legalmente estabelecido.

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA ALAGOINHAS | SEDES Secretaria Municipal de DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Encaminhe-se a presente manifestação à pregoeira ou ao pregoeiro responsável, para conhecimento e adoção das providências cabíveis no âmbito do procedimento licitatório.

X – DA APRECIAÇÃO DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Em relação aos requerimentos apresentados pela impugnante, a Administração esclarece que:

a) A impugnação será recebida, juntada ao processo administrativo e apreciada pela autoridade competente, considerando os esclarecimentos técnicos apresentados.

b) O Estudo Técnico Preliminar será disponibilizado aos interessados. Quanto às cotações, ao mapa de apuração, às memórias de cálculo e aos demais documentos da pesquisa de preços, estão constantes as informações pertinentes e necessárias aos licitantes no orçamento estimado, parte integrante do Edital.

c) As funcionalidades exigidas e os critérios de atendimento são aqueles estabelecidos no edital e no Termo de Referência, conforme os esclarecimentos apresentados nesta manifestação.

d) A solução poderá utilizar componentes integrados, módulos, aplicações externas ou servidores, desde que atendidos os requisitos técnicos e funcionais estabelecidos, cabendo à contratada garantir a compatibilidade e o funcionamento do conjunto ofertado.

e) Os custos necessários à execução integral do objeto deverão ser considerados pelas licitantes na formação de suas propostas, observadas as responsabilidades previstas no Termo de Referência e os elementos que fundamentaram o orçamento estimado.

f) As estimativas de produção constituem parâmetros de planejamento e não representam garantia de consumo mínimo. A remuneração variável será apurada com base nos quantitativos efetivamente produzidos e medidos, conforme as regras contratuais, sem prejuízo da parcela relativa aos equipamentos disponibilizados.

g) Não haverá alteração do item 5.2, não sendo aceitos equipamentos de marcas distintas, mediante justificativas elencadas anteriormente.

g) A expressão "comodato" deverá ser interpretada em conjunto com as disposições que estabelecem a remuneração dos postos de impressão e dos serviços contratados, preservando-se a estrutura econômica prevista no instrumento convocatório, tratando-se claramente de um equívoco na digitação.

h) Quanto ao reajustamento, deverá ser observado o interregno mínimo legal de 12 (doze) meses e a data-base juridicamente aplicável, nos termos do art. 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

i) Não foram identificadas deficiências materiais que comprometa a compreensão do objeto, a formulação das propostas ou a regularidade do procedimento.

j) Após a análise dos questionamentos apresentados, esta Administração conclui que os esclarecimentos prestados são suficientes para elucidar os pontos suscitados, não tendo sido identificada, no âmbito desta manifestação técnica, necessidade de alteração do Edital ou do

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA ALAGOINHAS | SEDES Secretaria Municipal de DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Termo de Referência. Dessa forma, fica mantida a redação dos instrumentos convocatórios, não havendo fundamento, em decorrência dos questionamentos analisados, **para suspensão da sessão pública, permanecendo a data previamente estabelecida para a realização do certame.**

k) A presente decisão será divulgada nos meios oficiais previstos no edital e na legislação aplicável, especialmente no sítio eletrônico oficial do Município e no Portal de Compras Públicas, para conhecimento da impugnante e dos demais interessados, observados os prazos e procedimentos legais pertinentes.

l) Diante dos fatos elencados e elucidados, não acolheremos a impugnação da referida manifestação.

Publique-se. Dê-se ciência à impugnante e adotem-se as providências administrativas cabíveis.

Alagoinhas/BA, 19 de outubro de 2026.

Edclei Ferreira da Silva
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEDES
Prefeitura Municipal de Alagoinhas – BA

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO PE 030/2026

PREFEITURA ALAGOINHAS | SEDES Secretaria Municipal de DESENVOLVIMENTO SOCIAL

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8038/2026
ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDES
IMPUGNANTE: RAFAEL CARDOSO DE MOURA LTDA-ME.
CNPJ: 24.834.464/0001-61

I – DO RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa RAFAEL CARDOSO DE MOURA LTDA-ME ao Edital do Pregão Eletrônico nº 030/2026, referente ao Processo Administrativo nº 8038/2026, cujo objeto consiste na contratação de solução continuada de impressão, na modalidade outsourcing, para atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEDES e suas unidades vinculadas.

Em síntese, a impugnante questiona a exigência de declaração do fabricante ou fornecedor dos equipamentos, prevista no item 9.7.1 do Termo de Referência, correspondente ao requisito de declaração indicado no edital, sustentando que a condição restringiria indevidamente a competitividade do certame e não encontraria amparo suficiente na legislação de licitações.

Questiona, ainda, a exigência prevista no item 5.2 do Termo de Referência, segundo a qual todos os equipamentos deverão pertencer ao mesmo fabricante, alegando ausência de justificativa técnica suficiente para a imposição dessa condição.

Ao final, requer a exclusão da exigência de declaração do fabricante ou fornecedor, a apresentação de justificativa formal para a padronização dos equipamentos, bem como a adoção das providências decorrentes de eventual alteração do instrumento convocatório.

É o relatório.

II – DA ADMISSIBILIDADE

A impugnação foi apresentada com fundamento no art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, que assegura a qualquer pessoa o direito de impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da legislação pertinente.

Considerando os elementos apresentados, passa-se à análise dos questionamentos formulados, com vistas a verificar a pertinência das exigências estabelecidas no instrumento convocatório e sua compatibilidade com as necessidades da Administração Pública.

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA ALAGOINHAS | SEDES Secretaria Municipal de DESENVOLVIMENTO SOCIAL

III – DA ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO

3.1. Da natureza do objeto e das particularidades da contratação

Inicialmente, é necessário esclarecer que a presente licitação não tem por objeto a simples aquisição de impressoras, mas a contratação de uma solução continuada de impressão, na modalidade outsourcing, compreendendo a disponibilização dos equipamentos e a prestação dos serviços necessários à sua operação durante toda a vigência contratual.

Conforme estabelecido no item 1.1 do Termo de Referência, a solução compreende equipamentos novos e de primeiro uso, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, suprimentos e consumíveis necessários ao funcionamento dos equipamentos, exceto papel.

O item 3.1.1 do Termo de Referência também prevê instalação e configuração, assistência técnica especializada, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e substituição de equipamentos defeituosos quando não houver reparo imediato, além de suporte técnico presencial e remoto.

Portanto, a contratação envolve obrigações que se prolongam durante toda a vigência contratual, exigindo que a futura contratada disponha de estrutura técnica e operacional compatível com os serviços assumidos.

O item 4.3 do Termo de Referência reforça a necessidade de manter o funcionamento do parque de impressão das unidades atendidas, evitando interrupções decorrentes de defeitos dos equipamentos ou da falta de suprimentos.

Além disso, o item 7.5 estabelece prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para atendimento técnico e de até 48 (quarenta e oito) horas para solução definitiva, prevendo a substituição do equipamento por outro equivalente ou superior quando o reparo não puder ser realizado dentro do prazo estabelecido.

Essas condições demonstram que a Administração busca contratar uma solução integral, na qual a responsabilidade da empresa não se encerra com a entrega dos equipamentos, mas abrange a manutenção de sua disponibilidade e funcionalidade durante a execução contratual.

As exigências questionadas devem, assim, ser examinadas considerando as características específicas desse modelo de contratação, sem afastar os princípios da legalidade, da isonomia, da proporcionalidade e da competitividade. Ademais os equipamentos entregues estarão em garantia do fabricante, sendo por esse um dos motivos que o futuro licitante precisará ter a representatividade para operar as manutenções dos mesmos.

3.2. Da exigência de declaração do fabricante ou fornecedor dos equipamentos

A impugnante questiona a exigência prevista no item 9.7.1 do Termo de Referência, que estabelece:

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

"Declaração do Fabricante ou fornecedor dos equipamentos informando que a licitante é autorizada a comercializar e prestar assistência técnica dos produtos fornecidos."

Segundo a impugnante, a exigência restringe a competitividade, pois condiciona a participação à apresentação de documento emitido por terceiro, sustentando que a capacidade técnica da licitante poderia ser demonstrada por outros meios admitidos pela legislação.

A Administração reconhece que exigências documentais relacionadas à autorização, ao credenciamento ou ao vínculo com fabricantes devem ser examinadas com cautela, especialmente quando possam restringir a participação de empresas aptas à execução do objeto.

Entretanto, a análise deve considerar a finalidade concreta do requisito e sua relação com as obrigações assumidas pela futura contratada. Nesse contexto ressaltamos novamente que os equipamentos entregues devem ser de primeiro uso, estando os mesmos permanecendo em garantia, mesmo com as manutenções por conta da representatividade.

3.2.1. Da necessidade de assegurar manutenção e suporte durante toda a vigência contratual

Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, a contratação de outsourcing busca transferir à empresa contratada a responsabilidade pela manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, reduzindo o tempo de inatividade e o risco de falhas operacionais que possam comprometer as atividades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e de suas unidades vinculadas.

Nesse modelo, a Administração necessita assegurar que a contratada disponha de condições efetivas para executar os procedimentos de diagnóstico, manutenção e reparo dos equipamentos disponibilizados, inclusive durante o período de garantia do fabricante, observadas as condições técnicas e contratuais aplicáveis.

A necessidade decorre do fato de que a indisponibilidade de uma impressora pode comprometer atividades administrativas e operacionais, especialmente quando o equipamento é utilizado na emissão de documentos e no atendimento ao público.

O encaminhamento de equipamentos a centros externos de assistência técnica pode ocasionar períodos de indisponibilidade incompatíveis com os prazos de atendimento e solução definidos no Termo de Referência, a depender das condições de transporte, análise técnica e devolução do equipamento.

Por essa razão, a Administração considera relevante que a empresa contratada disponha de condições para executar os serviços de manutenção e suporte de maneira tempestiva, sem depender, para toda e qualquer intervenção, do encaminhamento do equipamento a uma assistência externa.

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

A exigência, contudo, não deve ser interpretada como autorização para intervenções contrárias às condições de garantia dos equipamentos. A execução dos reparos deverá observar os procedimentos técnicos aplicáveis e as condições necessárias à preservação da garantia contratual ou de fábrica.

A finalidade administrativa é assegurar que a solução contratada ofereça suporte compatível com os níveis de serviço exigidos, sem transferir à Administração os riscos operacionais decorrentes da indisponibilidade dos equipamentos.

3.2.2. Da distinção entre capacidade técnica e condições de assistência dos equipamentos ofertados

A impugnante sustenta que a capacidade técnica da licitante pode ser demonstrada por atestados e pela comprovação da disponibilidade de instalações, equipamentos e pessoal técnico.

A Administração reconhece a relevância desses instrumentos, previstos no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, para a demonstração da qualificação técnico-profissional e técnico-operacional.

Entretanto, a comprovação de experiência anterior na execução de serviços semelhantes não demonstra necessariamente todas as condições específicas de assistência técnica aplicáveis aos modelos de equipamentos que serão disponibilizados na contratação.

A capacidade operacional da empresa e as condições de assistência dos equipamentos ofertados constituem aspectos relacionados, mas distintos. A primeira se refere à experiência, aos recursos e à estrutura disponíveis para executar o serviço; a segunda envolve as condições técnicas e operacionais de manutenção dos equipamentos concretamente propostos.

No presente caso, a Administração busca assegurar que a solução ofertada seja compatível com as obrigações de manutenção, suporte e continuidade previstas no Termo de Referência.

A exigência deve, entretanto, ser interpretada em conformidade com os limites legais aplicáveis à documentação exigível no procedimento licitatório, não podendo ser utilizada para criar restrições arbitrárias ou conferir a terceiros privados poder discricionário de escolha dos participantes do certame.

3.2.3. Do fundamento legal e da análise da jurisprudência

A Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece, em seu art. 5º, os princípios que regem as contratações públicas, entre eles o planejamento, a eficiência, a motivação, a proporcionalidade, a competitividade e a economicidade.

O art. 11 da mesma Lei estabelece como objetivos do processo licitatório a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração, a garantia de

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

tratamento isonômico entre os licitantes e a prevenção de contratações com sobrepreço ou preços manifestamente inexequíveis.

Por sua vez, o art. 18, inciso III, prevê a definição dos requisitos da contratação, enquanto o inciso VII contempla a descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando aplicáveis.

O art. 67 disciplina a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, devendo a Administração observar os limites legais na definição dos documentos exigidos para essa finalidade.

Já o art. 41, inciso IV, admite, no caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a solicitação motivada de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, destinada a assegurar a execução contratual, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

Essa disposição não representa autorização genérica para exigir qualquer declaração de fabricante como requisito de habilitação. Trata-se de instrumento específico, cuja aplicação depende de motivação adequada e da compatibilidade entre a exigência e o objeto contratado.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União também exige cautela na imposição de documentos de credenciamento ou autorização do fabricante, especialmente quando utilizados como condição de habilitação sem demonstração concreta de sua necessidade e de seu impacto sobre a competitividade.

No tocante ao Acórdão nº 469/2026 – TCU – Plenário, mencionado pela impugnante, verifica-se que o precedente trata de exigências relacionadas à contratação de serviços jurídicos, não constituindo decisão específica sobre declaração de fabricante de equipamentos de impressão. Assim, embora possa ilustrar a necessidade de observância dos limites legais da qualificação técnica, não deve ser considerado precedente diretamente equivalente à situação examinada.

O exame da exigência deve, portanto, concentrar-se nas características do presente objeto, nas obrigações de manutenção e suporte e na necessidade de demonstrar que o requisito é adequado, necessário e proporcional.

3.2.4. Da conclusão quanto à exigência de declaração

Considerando a natureza continuada do serviço, a responsabilidade integral da contratada pela manutenção dos equipamentos e os prazos de atendimento e solução estabelecidos no Termo de Referência, a Administração entende que a necessidade de assegurar condições efetivas de assistência técnica constitui requisito relevante para a execução satisfatória do contrato.

A exigência de declaração prevista no item 9.7.1 foi concebida para verificar as condições de comercialização e prestação de assistência técnica dos equipamentos ofertados, buscando reduzir os riscos de indisponibilidade e de descumprimento das obrigações contratuais.

Dessa forma, **não será acolhido o pedido de exclusão da exigência**, mantendo-se o requisito previsto no Termo de Referência.

A Administração ressalta que a finalidade da condição não é privilegiar fabricante ou fornecedor específico, mas assegurar a execução adequada do serviço continuado de impressão, observadas as disposições legais aplicáveis.

3.3. Da exigência de que todos os equipamentos sejam do mesmo fabricante

A impugnante questiona também o item 5.2 do Termo de Referência, que estabelece que todos os equipamentos deverão ser do mesmo fabricante, não sendo aceitos lotes de fabricantes diferentes, sob a justificativa de padronização do parque de impressão.

Sustenta que a condição restringe o universo de ofertantes e que não haveria demonstração suficiente de incompatibilidade técnica ou administrativa que justificasse a utilização de equipamentos de um único fabricante.

A Administração esclarece que a exigência foi estabelecida considerando a natureza integrada da solução de outsourcing e a necessidade de uniformidade dos procedimentos de instalação, manutenção, suporte, monitoramento e gerenciamento dos equipamentos.

3.3.1. Da padronização e do gerenciamento integrado da solução

O Termo de Referência prevê, em seu item 4.5, que os serviços de disponibilização das impressoras, bilhetagem e gerenciamento das impressões estão interligados e dependem de coordenação para sua execução.

O item 5.1 também prevê a utilização de equipamentos novos, com componentes e módulos genuínos do respectivo fabricante, visando à padronização e ao funcionamento adequado do hardware.

Além disso, os itens 5.3 e seguintes estabelecem requisitos relacionados à plataforma de desenvolvimento aberta, à bilhetagem, à retenção de trabalhos de impressão, à autenticação de usuários e à compatibilidade com os sistemas operacionais utilizados.

Essas condições demonstram que a solução contratada não se resume à disponibilização isolada de impressoras, abrangendo recursos de gerenciamento e controle que precisam funcionar de forma adequada e integrada ao ambiente tecnológico da Administração.

A utilização de equipamentos de diferentes fabricantes pode implicar a coexistência de interfaces, controladores, ferramentas de diagnóstico, procedimentos de configuração e rotinas de manutenção distintos, a depender dos modelos ofertados.

Essa diversidade pode ampliar a complexidade operacional, exigir conhecimentos técnicos específicos para diferentes plataformas e dificultar a uniformização dos procedimentos de atendimento, gerenciamento e fiscalização.

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

A padronização busca, assim, favorecer a uniformidade operacional, facilitar a organização da manutenção preventiva e corretiva, simplificar o acompanhamento dos chamados técnicos e proporcionar maior previsibilidade na gestão do parque de impressão.

Também se pretende facilitar o controle dos volumes de impressão, o acompanhamento dos indicadores de disponibilidade e desempenho e a fiscalização dos níveis de serviço previstos contratualmente.

Ressalta-se que esses benefícios dependem das características concretas dos equipamentos e das soluções de gerenciamento ofertadas. Por isso, a justificativa técnica da padronização deve ser registrada no processo administrativo, demonstrando sua pertinência em relação aos requisitos efetivamente exigidos.

3.3.2. Do fundamento legal da padronização

O art. 40, inciso V, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021 estabelece que o planejamento das compras deverá observar o princípio da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho.

O art. 41, inciso I, alínea "a", da mesma Lei admite excepcionalmente a indicação de marcas ou modelos quando houver necessidade de padronização do objeto, desde que formalmente justificada. A alínea "b" do mesmo dispositivo contempla a necessidade de manter compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração.

Embora a presente contratação tenha por objeto uma solução de outsourcing, e não a simples aquisição de equipamentos, tais dispositivos evidenciam que a padronização constitui instrumento legítimo de planejamento quando relacionada a necessidades técnicas concretas.

A exigência de fabricante único, entretanto, não decorre unicamente do princípio da padronização. Sua adoção é ser justificada com base nas particularidades da solução, na integração dos equipamentos e na relação entre os benefícios esperados e os possíveis efeitos sobre a competitividade.

Nesse sentido, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União ressalta a necessidade de fundamentação técnica para a imposição de equipamentos de um mesmo fabricante. O Acórdão nº 3.353/2019 – TCU – Primeira Câmara, por exemplo, examinou situação em que a exigência de que equipamentos de impressão fossem do mesmo fabricante não estava suficientemente fundamentada, ressaltando a necessidade de justificar detalhadamente essa condição.

A Administração considera essa orientação e reconhece que a padronização não pode ser utilizada como justificativa genérica para restringir a participação de fornecedores.

No presente processo, a manutenção do requisito está vinculada à necessidade de administrar os equipamentos como uma solução integrada, com procedimentos coordenados de gerenciamento, bilhetagem, suporte técnico e manutenção.

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

A finalidade pretendida é favorecer a uniformidade dos procedimentos de suporte, manutenção e gerenciamento, e não restringir arbitrariamente o mercado fornecedor.

3.3.3. Da conclusão quanto à exigência de fabricante único

Diante do exposto, a Administração entende que a padronização do parque de impressão constitui requisito relevante para a organização e o gerenciamento da solução continuada de outsourcing, considerando a integração entre os equipamentos, os recursos de bilhetagem, os mecanismos de impressão segura e as atividades de manutenção e suporte.

Assim, **não será acolhido o pedido de exclusão da exigência prevista no item 5.2 do Termo de Referência**, mantendo-se a condição de que os equipamentos pertençam a um mesmo fabricante, sendo o mesmo devidamente fundamentado no processo administrativo e demonstrada sua proporcionalidade em relação às necessidades da contratação.

IV – DA DECISÃO

Diante de todo o exposto, após a análise dos argumentos apresentados pela empresa RAFAEL CARDOSO DE MOURA LTDA-ME, a Administração decide:

I – CONHECER da impugnação apresentada, por estar fundamentada no art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os requisitos de admissibilidade aplicáveis;

II – INDEFERIR o pedido de exclusão da exigência prevista no item 9.7.1 do Termo de Referência, relativa à declaração do fabricante ou fornecedor dos equipamentos, considerando a necessidade de assegurar condições adequadas de assistência técnica, manutenção e suporte durante toda a vigência contratual, condicionada a manutenção do requisito à adequada motivação técnica e à observância dos limites legais aplicáveis;

III – INDEFERIR o pedido de exclusão da exigência prevista no item 5.2 do Termo de Referência, relativa à utilização de equipamentos de um único fabricante, considerando a necessidade de padronização operacional e de gerenciamento integrado da solução de outsourcing, condicionada a manutenção do requisito à complementação da justificativa técnica no processo administrativo;

IV – DETERMINAR a divulgação da presente decisão aos interessados, na forma prevista no edital e no art. 164, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a Administração mantém seu entendimento quanto à relevância técnica dos requisitos questionados e não acolhe os pedidos de exclusão formulados pela impugnante, sem prejuízo de adoção das providências que se mostrarem necessárias à preservação da legalidade, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa.

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA ALAGOINHAS | SEDES Secretaria Municipal de DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Alagoinhas/BA, 20 de outubro de 2026.

Edclei Ferreira da Silva
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEDES
Prefeitura Municipal de Alagoinhas – BA

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PORTARIA Nº 4.637- LICENÇA PRÊMIO- LUCILENE SANTOS CAVALCANTE

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 4.637/2026.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR DO QUADRO PERMANENTE".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, Estado da Bahia**,** no uso de suas atribuições legais, de conformidade com §4º, art. 114 da LC 007/03, e de acordo o que consta no Processo Administrativo 12.424/2026 de 09/09/2026,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder Licença Prêmio por 60 (sessenta) dias, para a servidora **LUCILENE SANTOS CAVALCANTE** matrícula nº 430321 do Quadro Permanente da Prefeitura, exercendo a função de Atendente de Consultório Dentário, lotada na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º- A referida licença deverá ser retroativa a 01 de outubro de 2026, encerrando-se em 29 de novembro de 2026.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, em 22 de outubro de 2026.

GUSTAVO AUGUSTO DE SOUZA CARMO
PREFEITO

PORTARIA Nº 4.638- LICENÇA PRÊMIO- RENILDA DE CARVALHO SANTOS

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 4.638/2026.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR DO QUADRO PERMANENTE".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, Estado da Bahia**,** no uso de suas atribuições legais, de conformidade com §4º, art. 114 da LC 007/03, e de acordo o que consta no Processo Administrativo 8.235/2026 de 16/06/2026,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder Licença Prêmio por 60 (sessenta) dias, para a servidora **RENILDA DE CARVALHO SANTOS PINHEIRO** matrícula nº 39986 do Quadro Permanente da Prefeitura, exercendo a função de Agente Comunitário da Saúde, lotada na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º- A referida licença deverá ser retroativa a 03 de agosto de 2026, encerrando-se em 01 de outubro de 2026.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, em 22 de outubro de 2026.

GUSTAVO AUGUSTO DE SOUZA CARMO
PREFEITO

PORTARIA Nº 4.639- LICENÇA PRÊMIO- DANIEL SILVA ANDRADE

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 4.639/2026.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR DO QUADRO PERMANENTE".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, Estado da Bahia**,** no uso de suas atribuições legais, de conformidade com §4º, art. 114 da LC 007/03, e de acordo o que consta no Processo Administrativo 12.762/2026 de 15/09/2026,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder Licença Prêmio por 90 (noventa) dias, para o servidor **DANIEL SILVA ANDRADE** matrícula nº 432961 do Quadro Permanente da Prefeitura, exercendo a função de Motorista, lotado na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º- A referida licença deverá ser retroativa a 01 de outubro de 2026, encerrando-se em 29 de dezembro de 2026.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, em 22 de outubro de 2026.

GUSTAVO AUGUSTO DE SOUZA CARMO
PREFEITO

PORTARIA Nº 4.640- LIENÇA PRÊMIO- ISRAEL SILVA DE JESUS

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 4.640/2026.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR DO QUADRO PERMANENTE".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, Estado da Bahia**,** no uso de suas atribuições legais, de conformidade com §4º, art. 114 da LC 007/03, e de acordo o que consta no Processo Administrativo 13.573/2026 de 01/10/2026,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder Licença Prêmio por 90 (noventa) dias, para o servidor **ISRAEL SILVA DE JESUS** matrícula nº 392781 do Quadro Permanente da Prefeitura, exercendo a função de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º- A referida licença deverá ser a partir de 01 de fevereiro de 2027, encerrando-se em 01 de abril de 2027.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, em 22 de outubro de 2026.

GUSTAVO AUGUSTO DE SOUZA CARMO
PREFEITO

PORTARIA Nº 4.641- LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE- JUCILENE DOS REIS BISPO

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 4.641/2026.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE SERVIDOR DO QUADRO PERMANENTE".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, Estado da Bahia**,** no uso de suas atribuições legais, de conformidade com §4º, art. 114 da LC 007/03, e de acordo o que consta no Processo Administrativo nº 13.576 de 01/10/2026,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para Tratamento de Saúde, por 30 (trinta) dias, para a servidora **JUCILENE DOS REIS BISPO–** mat. nº 392961**,** do Quadro Permanente da Prefeitura, exercendo a função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - A referida licença deverá ser retroativa a 23 de setembro de 2026, encerrando-se em 22 de outubro de 2026.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, em 22 de outubro de 2026.

GUSTAVO AUGUSTO DE SOUZA CARMO
PREFEITO

PORTARIA Nº 4.642- LICENÇA PRÊMIO- ANDRÉ RICARDO DOS SANTOS LISBOA

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 4.642/2026.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR DO QUADRO PERMANENTE".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, Estado da Bahia**,** no uso de suas atribuições legais, de conformidade com §4º, art. 114 da LC 007/03, e de acordo o que consta no Processo Administrativo 12.737/2026 de 14/09/2026,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder Licença Prêmio por 90 (noventa) dias, para o servidor **ANDRÉ RICARDO DOS SANTOS LISBOA** matrícula nº 43944 do Quadro Permanente da Prefeitura, exercendo a função de Auditor Contábil, lotado na Secretaria Municipal da Administração e Inovação Tecnológica.

Art. 2º- A referida licença deverá ser retroativa a de 01 de outubro de 2026, encerrando-se em 29 de dezembro de 2026.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, em 22 de outubro de 2026.

GUSTAVO AUGUSTO DE SOUZA CARMO
PREFEITO

PORTARIA Nº 4.643- LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE- MARIA GILDETE DA CONCEIÇÃO FERREIRA

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 4.643/2026.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE SERVIDOR DO QUADRO PERMANENTE".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, Estado da Bahia**,** no uso de suas atribuições legais, de conformidade com §4º, art. 114 da LC 007/03, e de acordo o que consta no Processo Administrativo nº 11.930 de 26/08/2026,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para Tratamento de Saúde, por 30 (trinta) dias, para a servidora **MARIA GILDETE DA CONCEIÇÃO FERREIRA–** mat. nº 393241**,** do Quadro Permanente da Prefeitura, exercendo a função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - A referida licença deverá ser retroativa a 12 de agosto de 2026, encerrando-se em 10 de setembro de 2026.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, em 22 de outubro de 2026.

GUSTAVO AUGUSTO DE SOUZA CARMO
PREFEITO

PORTARIA

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 4.644/2026.

"INSTITUI A COMISSÃO TÉCNICA MUNICIPAL PARA ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO, RECONHECIMENTO E FORTALECIMENTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, Estado da Bahia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, que reconhece aos remanescentes das comunidades dos quilombos a propriedade definitiva de suas terras;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos;

CONSIDERANDO a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, promulgada pelo Decreto Federal nº 10.088, de 5 de novembro de 2019, que assegura aos povos e comunidades tradicionais o direito à consulta prévia, livre e informada;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer as políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas do Município de Alagoinhas;

RESOLVE:

Art. 1º- Instituir a Comissão Técnica Municipal para acompanhamento do processo de identificação, reconhecimento e fortalecimento das Comunidades Quilombolas do Município de Alagoinhas.

Art. 2º- Compete à Comissão:

I – acompanhar os processos de reconhecimento das comunidades quilombolas junto aos órgãos competentes;
II – promover a articulação entre as Secretarias Municipais, os órgãos estaduais e federais e as comunidades quilombolas;

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

III – apoiar o levantamento de informações sociais, culturais, históricas e territoriais das comunidades;
IV – propor ações, programas e projetos voltados à promoção dos direitos da população quilombola;
V – acompanhar a implementação de políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas do Município;
VI – elaborar relatórios e pareceres quando solicitados pela Administração Municipal.

§1º- A Comissão não substitui os órgãos legalmente competentes nem pratica, por si, atos de certificação, reconhecimento oficial, delimitação, demarcação ou titulação territorial.

§2º- A atuação da Comissão deverá respeitar a autodefinição das comunidades, suas formas próprias de organização e a participação de representantes por elas indicados.

Art. 3º- A Comissão será composta por representantes dos seguintes órgãos:

I. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
II. Superintendência de Participação Popular
III. Secretaria de Governo;
IV. Representantes das comunidades quilombolas do Município, indicados por suas respectivas comunidades.

Art. 4º- Designar os servidores abaixo relacionados para compor a equipe do reconhecimento das comunidades quilombolas:

Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

I. Dulcineide dos Santos Bispo
II. Elbênia Marla Ramos Silva
III. Leone Ferreira Silva

Representante da Superintendência de Participação Popular

I. Ramon Adriel de Carvalho Santos

Representante da Secretaria de Governo

I. Cláudio dos Santos e Santos

Representantes da sociedade civil
I. Clecio de Oliveira
II. Izabel Cristina da Silva

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

Art. 5º- Para fins de organização inicial dos trabalhos, a Comissão acompanhará demandas relacionadas às seguintes comunidades ou localidades, conforme a denominação constante dos registros administrativos:

- Boa União Centro;
- Rio Seco;
- Godinho/Boa Vista;
- Cachoeira/Pipiri;
- Quabiraba;
- Camboatá/Tucum; e
- Tombador

Parágrafo único- A inclusão nesta relação tem finalidade administrativa e não constitui declaração de reconhecimento oficial, certificação ou titulação territorial, nem presume que todas as comunidades ou localidades se encontrem na mesma fase procedimental.

Art. 6º- A participação na Comissão será considerada serviço público relevante, não remunerado, sem prejuízo das atribuições ordinárias dos servidores e observadas as regras aplicáveis aos representantes externos.

Art. 7º- A Comissão poderá elaborar seu Regimento Interno para disciplinar seu funcionamento.

Art. 8º- Os casos omissos serão encaminhados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e, quando necessário, ao Gabinete do Prefeito.

Art. 9º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, em 22 de outubro de 2026.

GUSTAVO AUGUSTO DE SOUZA CARMO
PREFEITO

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PORTARIA GAPRE Nº 006- REVOGA PORTARIA Nº 015/2025- MARINEUZA SANTOS DE ABREU

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 006/2026.

"REVOGA PORTARIA Nº 015/2025, QUE DISPONIBILIZOU A SERVIDORA PARA EXERCER SUAS ATIVIDADES NA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIÇANGAS-BA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERNDO que a servidora continuou exercendo sua função da Unidade Escolar Municipal que é lotada e que a cessão nunca foi efetivada.

R E S O L V E:

Art. 1º - Revogar a Portaria nº 015/2025 que disponibilizou a servidora **MARINEUZA SANTOS DE ABREU,** matrícula nº 436861, ocupante do cargo de Professora Fundamental I, para exercer suas atividades na Prefeitura Municipal de Ouriçangas-Ba.

Art. 2°- Esta Portaria terá efeitos retroativos a 01 de outubro de 2025.

Art. 3°- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, em 22 de outubro de 2026.

GUSTAVO AUGUSTO DE SOUZA CARMO
PREFEITO

PORTARIA

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 074/2026.

"COMISSÃO PARA APURAÇÃO DE CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR E DEMAIS DÍVIDAS PASSIVAS CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALAGOINHAS, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 4.320. de 17 de março de 1964, e as disposições fixadas na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 6.709/2026, publicado em diário oficial no dia 08 de outubro de 2026, o qual dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pela administração publica para o encerramento orçamentário, financeiro e contábil do exercício de 2026;

CONSIDERANDO o artigo 1º do Decreto nº 6.709/2026, em seu §3º, onde é implicado a necessidade da criação das comissões responsáveis para o levantamento de posição patrimonial e demais procedimentos em conformidade com as resoluções nº 1060/05, 1311/2012 e Instrução Normativa 002/2023 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia,

RESOLVE:

Art 1º- Instituir a Comissão para Apuração de Cancelamento de Restos a Pagar e Demais Dívidas Passivas Circulante e Não Circulante (Financeiras e Permanentes) da Secretaria Municipal de Saúde.

§1º- Esta comissão será composta pelos seguintes membros:

I- Osemário Mendonça Batista, matrícula 196563;
II- Maryangela Barbosa Nascimento Sousa Mat. 227091;
III- Bruno de Jesus Santos, matrícula 44231.

Art. 2º- Compete Comissão para Apuração de Cancelamento de Restos a Pagar e Demais Dívidas Passivas Circulante e Não Circulante da Secretaria Municipal de Saúde:

realizar o levantamento analítico dos saldos de restos a pagar processados e não processados, referentes a exercícios anteriores e ao exercício vigente, identificando os respectivos credores, valores, origem, natureza da despesa e estágio de execução;

II – examinar os processos administrativos, empenhos, contratos, notas fiscais, medições, atestos, comprovantes de entrega e demais documentos que fundamentem a inscrição e a manutenção dos restos a pagar;

III – verificar a existência de obrigações pendentes de liquidação ou pagamento, apurando a subsistência do direito do credor e a permanência dos motivos que justificaram a inscrição dos respectivos valores;

IV – identificar os restos a pagar que, após análise documental e observância da legislação aplicável, possam ser objeto de cancelamento, apresentando justificativa individualizada e documentação comprobatória para cada caso;

V – verificar a regularidade das despesas inscritas em restos a pagar não processados, especialmente quanto à efetiva execução do objeto, à entrega de bens ou à prestação dos serviços, bem como à subsistência da obrigação assumida pela Administração;

VI – analisar os restos a pagar processados, observando a existência de obrigação constituída e o direito do credor, vedando-se o cancelamento meramente contábil de valores cuja obrigação permaneça exigível, sem fundamento legal e administrativo idôneo;

VII – proceder ao levantamento das demais dívidas e obrigações passivas circulantes e não circulantes, incluindo aquelas decorrentes de contratos, convênios, parcelamentos, decisões judiciais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias e outras responsabilidades reconhecidas pela entidade;

VIII – verificar a consistência dos saldos das obrigações passivas registrados nos sistemas contábeis, confrontando-os com os documentos comprobatórios, controles administrativos, demonstrativos financeiros e informações fornecidas pelos setores responsáveis;

IX – identificar obrigações registradas indevidamente, valores duplicados, saldos sem documentação suficiente, divergências de valores e demais inconsistências que demandem apuração ou regularização, sem promover a exclusão de obrigações efetivamente existentes apenas em razão da ausência de pagamento;

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

X – examinar a necessidade de manutenção, atualização, reclassificação ou regularização dos saldos das dívidas passivas circulantes e não circulantes, considerando os prazos de exigibilidade e as normas contábeis aplicáveis ao setor público;

XI – elaborar demonstrativo individualizado dos restos a pagar e das demais obrigações analisadas, indicando, no mínimo, o credor, o valor, o exercício de origem, a natureza da obrigação, a situação documental, a conclusão da análise e a providência recomendada;

XII – emitir parecer ou relatório circunstanciado, fundamentando as propostas de cancelamento, manutenção ou regularização dos saldos examinados, com indicação dos dispositivos legais e dos elementos documentais pertinentes, quando aplicáveis;

XIII – encaminhar o resultado dos trabalhos à autoridade competente e ao setor contábil para análise, deliberação e adoção das providências administrativas e contábeis cabíveis;

XIV – recomendar a instauração de procedimento administrativo específico quando forem identificados indícios de irregularidades, inconsistências relevantes ou ausência de documentação que impeça a adequada identificação da obrigação;

XV – acompanhar, quando solicitado, a efetivação dos ajustes e das regularizações decorrentes das conclusões do relatório, observadas as competências dos setores responsáveis.

Art. 3º- Os trabalhos da Comissão terão como data-base o encerramento do exercício financeiro de 2026, devendo ser observados os prazos previstos no Decreto Municipal nº 6.709/2026 e nas demais normas aplicáveis à prestação de contas.

Art. 4º- A Comissão poderá solicitar informações e documentos aos setores administrativos, financeiros e contábeis da Secretaria Municipal de Saúde, necessários ao desempenho de suas atribuições.

Parágrafo único- Os setores requisitados deverão prestar a colaboração necessária, observadas as competências funcionais e as normas de acesso e proteção das informações.

Art. 5º- O parecer ou relatório circunstanciado deverá ser subscrito pelos integrantes da Comissão e acompanhado dos demonstrativos e documentos utilizados no

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

levantamento, assegurando a rastreabilidade das informações e a identificação de eventuais ressalvas.

Art. 6º- A atuação da Comissão possui natureza de levantamento, conferência e documentação, não substituindo as atribuições legais e regulamentares dos responsáveis pela Contabilidade, Tesouraria, Controle Interno e ordenação de despesas.

Art. 7º- A Comissão será presidida pelo servidor Osemário Batista Mendonça, matrícula 196563, cabendo-lhe coordenar os trabalhos, distribuir as atividades, convocar reuniões e providenciar o encaminhamento do relatório conclusivo.

Parágrafo único- Nos impedimentos e ausências do Presidente, a coordenação dos trabalhos será exercida por membro previamente designado pela autoridade competente.

Art. 8º- Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a sua publicação, a contar do dia 09 de outubro de 2026, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, em 22 de outubro de 2026.

LUCIANO SÉRGIO DE JESUS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 070/2026.

"DESIGNA COMISSÃO DE LEVANTAMENTO DE SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALAGOINHAS."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALAGOINHAS, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 4.320. de 17 de março de 1964, e as disposições fixadas na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 6.709/2026, publicado em diário oficial no dia 08 de outubro de 2026, o qual dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pela administração publica para o encerramento orçamentário, financeiro e contábil do exercício de 2026;

CONSIDERANDO o artigo 1º do Decreto nº 6.709/2026, em seu §3º, onde é implicado a necessidade da criação das comissões responsáveis para o levantamento de posição patrimonial e demais procedimentos em conformidade com as resoluções nº 1060/05, 1311/2012 e Instrução Normativa 002/2023 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia,

RESOLVE:

Art. 1º- Instituir a Comissão de Levantamento de Saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa da Secretaria Municipal de Saúde.

§1º- Esta comissão será composta pelos seguintes membros:

I- Adriele Raissa dos Santos Azi, matrícula 192371;

II- Manuele Barreto Ribeiro, matrícula 43758;

III- Maryangela Barbosa Nascimento Sousa Mat. 227091.

Art. 2º- Compete à Comissão de Levantamento de Saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa da Secretaria Municipal de Saúde:

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

I – realizar o levantamento e a conferência das disponibilidades financeiras existentes em 31 de dezembro de 2026, abrangendo as contas bancárias, aplicações financeiras e demais valores classificados contabilmente como caixa e equivalentes de caixa, vinculados à Secretaria Municipal de Saúde e ao Fundo Municipal de Saúde, conforme a abrangência estabelecida na legislação aplicável;

II – solicitar aos setores competentes os extratos bancários, demonstrativos de aplicações financeiras, conciliações bancárias, balancetes e demais documentos necessários à execução dos trabalhos;

III – confrontar os saldos apresentados pelas instituições financeiras com os registros contábeis e os demonstrativos fornecidos pela Tesouraria e pela Contabilidade;

IV – identificar e registrar eventuais divergências, pendências de conciliação, valores em trânsito e outras ocorrências que possam comprometer a consistência das informações financeiras;

V – solicitar esclarecimentos aos setores responsáveis acerca das inconsistências identificadas, registrando as respectivas justificativas;

VI – termo de conferência de caixa e equivalentes de caixa lavrados no último dia do mês de dezembro e demonstrativo das Contas Bancárias, contendo os valores apurados, as divergências constatadas, as providências recomendadas e os documentos comprobatórios pertinentes;

VII – encaminhar o termo à autoridade competente e aos setores de Contabilidade e Controle Interno, observados os prazos e procedimentos estabelecidos no Decreto Municipal nº 6.709/2026.

Art. 3º- Os trabalhos da Comissão terão como data-base o encerramento do exercício financeiro de 2026, devendo ser observados os prazos previstos no Decreto Municipal nº 6.709/2026 e nas demais normas aplicáveis à prestação de contas.

Art. 4º- A Comissão poderá solicitar informações e documentos aos setores administrativos, financeiros e contábeis da Secretaria Municipal de Saúde, necessários ao desempenho de suas atribuições.

Parágrafo único- Os setores requisitados deverão prestar a colaboração necessária, observadas as competências funcionais e as normas de acesso e proteção das informações.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 5º- O termo de conferência de caixa e equivalentes de caixa deverá ser subscrito pelos integrantes da Comissão e acompanhado dos demonstrativos e documentos utilizados no levantamento, assegurando a rastreabilidade das informações e a identificação de eventuais ressalvas.

Art. 6º- A atuação da Comissão possui natureza de levantamento, conferência e documentação, não substituindo as atribuições legais e regulamentares dos responsáveis pela Contabilidade, Tesouraria, Controle Interno e ordenação de despesas.

Art. 7º- A Comissão será presidida pela servidora Manuele Barreto Ribeiro, matrícula nº 43758, cabendo-lhe coordenar os trabalhos, distribuir as atividades, convocar reuniões e providenciar o encaminhamento do relatório conclusivo.

Parágrafo único- Nos impedimentos e ausências da Presidente, a coordenação dos trabalhos será exercida por membro previamente designado pela autoridade competente.

Art. 8º- Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a sua publicação, a contar do dia 09 de outubro de 2026, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, em 22 de outubro de 2026.

LUCIANO SÉRGIO DE JESUS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 071/2026.

"DESIGNA COMISSÃO PARA A APURAÇÃO DOS SALDOS DOS ESTOQUES E SALDOS DA DIVIDA ATIVA".

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALAGOINHAS, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 4.320. de 17 de março de 1964, e as disposições fixadas na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 6.709/2026, publicado em diário oficial no dia 08 de outubro de 2026, o qual dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pela administração publica para o encerramento orçamentário, financeiro e contábil do exercício de 2026;

CONSIDERANDO o artigo 1º do Decreto nº 6.709/2026, em seu §3º, onde é implicado a necessidade da criação das comissões responsáveis para o levantamento de posição patrimonial e demais procedimentos em conformidade com as resoluções nº 1060/05, 1311/2012 e Instrução Normativa 002/2023 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia,

RESOLVE:

Art. 1º- Instituir a Comissão de Apuração dos Saldos dos Estoques e Dívidas ativas da Secretaria Municipal de Saúde.

§1º- Esta comissão será composta pelos seguintes membros:

I- Adriele Raissa dos Santos Azi, matrícula 192371;

II- Manuele Barreto Ribeiro, matrícula 43758;

III- Clarissa da Silva Santos, matrícula 43454-2.

Art. 2º- Compete à Comissão de Apuração dos Saldos dos Estoques e Dívidas ativas da Secretaria Municipal de Saúde:

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

I – realizar o levantamento e a conferência das disponibilidades financeiras existentes em 31 de dezembro de 2026, abrangendo as contas bancárias, aplicações financeiras e demais valores classificados contabilmente como caixa e equivalentes de caixa, vinculados à Secretaria Municipal de Saúde e ao Fundo Municipal de Saúde, conforme a abrangência estabelecida na legislação aplicável;

II – solicitar aos setores competentes os extratos bancários, demonstrativos de aplicações financeiras, conciliações bancárias, balancetes e demais documentos necessários à execução dos trabalhos;

III – confrontar os saldos apresentados pelas instituições financeiras com os registros contábeis e os demonstrativos fornecidos pela Tesouraria e pela Contabilidade;

IV – identificar e registrar eventuais divergências, pendências de conciliação, valores em trânsito e outras ocorrências que possam comprometer a consistência das informações financeiras;

V – solicitar esclarecimentos aos setores responsáveis acerca das inconsistências identificadas, registrando as respectivas justificativas;

VI – termo de conferência de caixa e equivalentes de caixa lavrados no último dia do mês de dezembro e demonstrativo das Contas Bancárias, contendo os valores apurados, as divergências constatadas, as providências recomendadas e os documentos comprobatórios pertinentes;

VII – encaminhar o termo à autoridade competente e aos setores de Contabilidade e Controle Interno, observados os prazos e procedimentos estabelecidos no Decreto Municipal nº 6.709/2026.

Art. 3º- Os trabalhos da Comissão terão como data-base o encerramento do exercício financeiro de 2026, devendo ser observados os prazos previstos no Decreto Municipal nº 6.709/2026 e nas demais normas aplicáveis à prestação de contas.

Art. 4º- A Comissão poderá solicitar informações e documentos aos setores administrativos, financeiros e contábeis da Secretaria Municipal de Saúde, necessários ao desempenho de suas atribuições.

Parágrafo único- Os setores requisitados deverão prestar a colaboração necessária, observadas as competências funcionais e as normas de acesso e proteção das informações.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 5º- O termo de apuração deverá ser subscrito pelos integrantes da Comissão e acompanhado dos demonstrativos e documentos utilizados no levantamento, assegurando a rastreabilidade das informações e a identificação de eventuais ressalvas.

Art. 6º- A atuação da Comissão possui natureza de levantamento, conferência e documentação, não substituindo as atribuições legais e regulamentares dos responsáveis pela Contabilidade, Tesouraria, Controle Interno e ordenação de despesas.

Art. 7º- A Comissão será presidida pela servidora Clarissa da Silva Santos, matrícula 43454-2, cabendo-lhe coordenar os trabalhos, distribuir as atividades, convocar reuniões e providenciar o encaminhamento do relatório conclusivo.

Parágrafo único- Nos impedimentos e ausências da Presidente, a coordenação dos trabalhos será exercida por membro previamente designado pela autoridade competente.

Art. 8º- Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a sua publicação, a contar do dia 09 de outubro de 2026, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, em 22 de outubro de 2026.

LUCIANO SÉRGIO DE JESUS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

PORTARIA Nº 073/2026.

"DESIGNA COMISSÃO DE LEVANTAMENTO DE INVENTÁRIO".

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALAGOINHAS, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 4.320. de 17 de março de 1964, e as disposições fixadas na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 6.709/2026, publicado em diário oficial no dia 08 de outubro de 2026, o qual dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pela administração publica para o encerramento orçamentário, financeiro e contábil do exercício de 2026;

CONSIDERANDO o artigo 1º do Decreto nº 6.709/2026, em seu §3º, onde é implicado a necessidade da criação das comissões responsáveis para o levantamento de posição patrimonial e demais procedimentos em conformidade com as resoluções nº 1060/05, 1311/2012 e Instrução Normativa 002/2023 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia,

RESOLVE:

Art. 1º- Instituir a Comissão de Levantamento de Inventário da Secretaria Municipal de Saúde.

§1º Esta comissão será composta pelos seguintes membros:

I- Maiara Lins de Freitas, matrícula 197931;
II- Cosme Raionne Silva de Jesus, matrícula nº 19878;
III- Ariosvaldo de Santana Valverde, matrícula 196041.

Art. 2º- Compete à Comissão de Levantamento de Inventário da Secretaria Municipal de Saúde:

I – realizar o levantamento físico e documental de todos os bens móveis e imóveis registrados no patrimônio da entidade, verificando sua existência, localização, identificação, estado de conservação e unidade administrativa responsável por sua guarda e utilização;

II – confrontar os bens efetivamente identificados com os registros patrimoniais e contábeis existentes, apontando eventuais divergências, inconsistências, omissões ou bens não localizados;

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

III – elaborar e apresentar relatório circunstanciado do inventário patrimonial, contendo a relação individualizada dos bens, seus respectivos valores contábeis, localização, situação de conservação e demais informações necessárias à adequada identificação patrimonial;

IV – apurar e apresentar os valores relativos à depreciação, amortização e exaustão dos bens sujeitos a tais procedimentos, observando a vida útil estimada, o valor residual, os critérios de mensuração e as normas contábeis aplicáveis;

V – identificar os bens que necessitem de reavaliação, redução ao valor recuperável ou outros ajustes de mensuração patrimonial, apresentando justificativas e documentação técnica para subsidiar os procedimentos cabíveis;

VI – verificar a existência de bens inservíveis, ociosos, obsoletos, irrecuperáveis ou antieconômicos, propondo, quando cabível, a instauração ou o prosseguimento dos processos administrativos destinados à sua baixa patrimonial, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes;

VII – verificar a regularidade documental dos processos de baixa de bens patrimoniais, independentemente da execução orçamentária, promovendo o levantamento das informações necessárias à adequada instrução processual e à atualização dos registros patrimoniais e contábeis;

VIII – identificar os bens incorporados ao patrimônio da entidade por meio de doação, cessão, transferência ou outras formas de ingresso que não decorram de execução orçamentária, verificando a existência dos respectivos termos, instrumentos jurídicos e demais documentos comprobatórios;

IX – relacionar as doações de bens recebidas pela entidade durante o exercício financeiro, verificando a formalização dos respectivos termos de doação, a identificação dos bens, seus valores e a efetivação dos registros patrimoniais e contábeis correspondentes;

X – comunicar formalmente ao setor responsável pelo patrimônio e à unidade contábil as divergências identificadas, bem como as providências necessárias à regularização dos registros e à adequada evidenciação dos bens nas demonstrações contábeis;

XI – solicitar aos setores administrativos, unidades gestoras e demais responsáveis as informações, os documentos e os esclarecimentos necessários à execução dos trabalhos de inventário;

XII – elaborar relatório final dos trabalhos realizados, contendo os resultados do levantamento, as divergências encontradas, as providências adotadas ou recomendadas e as pendências que demandem regularização, encaminhando-o à autoridade competente para conhecimento e deliberação.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Art. 3º- Os trabalhos da Comissão terão como data-base o encerramento do exercício financeiro de 2026, devendo ser observados os prazos previstos no Decreto Municipal nº 6.709/2026 e nas demais normas aplicáveis à prestação de contas.

Art. 4º- A Comissão poderá solicitar informações e documentos aos setores administrativos, financeiros e contábeis da Secretaria Municipal de Saúde, necessários ao desempenho de suas atribuições.

Parágrafo único- Os setores requisitados deverão prestar a colaboração necessária, observadas as competências funcionais e as normas de acesso e proteção das informações.

Art. 5º- O relatório final deverá ser subscrito pelos integrantes da Comissão e acompanhado dos demonstrativos e documentos utilizados no levantamento, assegurando a rastreabilidade das informações e a identificação de eventuais ressalvas.

Art. 6º- A atuação da Comissão possui natureza de levantamento, conferência e documentação, não substituindo as atribuições legais e regulamentares dos responsáveis pela Contabilidade, Tesouraria, Controle Interno e ordenação de despesas.

Art. 7º- A Comissão será presidida pela servidora Maiara Lins de Freitas, matrícula 197931, cabendo-lhe coordenar os trabalhos, distribuir as atividades, convocar reuniões e providenciar o encaminhamento do relatório conclusivo.

Parágrafo único- Nos impedimentos e ausências da Presidente, a coordenação dos trabalhos será exercida por membro previamente designado pela autoridade competente.

Art. 8º- Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a sua publicação, a contar do dia 09 de outubro de 2026, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, em 22 de outubro de 2026.

LUCIANO SÉRGIO DE JESUS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.724/2026.

"INSTITUI COMISSÃO GESTORA INTERSETORIAL PARA O CUMPRIMENTO DA DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA NO PROCESSO Nº 8007633-88.2026.8.05.0004, RELATIVA AO LAR DOS IDOSOS BEZERRA DE MENEZES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela legislação vigente,

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Alagoinhas, nos autos da Ação Civil Pública nº 8007633-88.2026.8.05.0004, que determinou a adoção de medidas emergenciais destinadas à proteção da vida, da saúde, da integridade física e da dignidade das pessoas acolhidas no Lar dos Idosos Bezerra de Menezes;

CONSIDERANDO a determinação judicial de assunção provisória, pelo Município de Alagoinhas, da gestão do serviço de acolhimento, com designação de gestor responsável, elaboração de Plano Emergencial de Transferência e transferência integral dos residentes para locais seguros, acessíveis, salubres e devidamente regulares;

CONSIDERANDO que a decisão judicial abrange 57 (cinquenta e sete) pessoas acolhidas, sendo 48 (quarenta e oito) pessoas idosas e 9 (nove) adultos com deficiência menores de 60 (sessenta) anos, cuja situação exige avaliação individualizada e atendimento compatível com suas necessidades;

CONSIDERANDO a necessidade de atuação coordenada das Secretarias e dos órgãos municipais, com definição de responsabilidades, estabelecimento de fluxos administrativos, acompanhamento dos prazos e documentação das providências executadas;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas emergenciais de saúde, assistência social, transporte, acolhimento, segurança estrutural e isolamento e sinalização da cratera existente na via pública em frente ao imóvel;

DECRETA:

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

Art. 1º- Fica instituída, no âmbito do Poder Executivo Municipal, a Comissão Intersetorial de Acompanhamento e Cumprimento da Decisão Judicial proferida nos autos do Processo nº 8007633-88.2026.8.05.0004, destinada a coordenar, monitorar, executar e documentar as providências administrativas necessárias ao cumprimento das determinações impostas ao Município de Alagoinhas.

§1º- A Comissão terá caráter extraordinário e temporário, com atuação prioritária enquanto perdurarem as medidas emergenciais e as obrigações decorrentes da decisão judicial.

§2º- A atuação da Comissão não substitui as competências legais e regulamentares das Secretarias e dos demais órgãos municipais, aos quais caberá executar as providências inseridas em suas respectivas áreas de atuação.

Art. 2º- A Comissão Gestora Intersetorial será composta pelos seguintes membros, desde já designados por este Decreto:

I – Membro: **LUSIANE MARIA DE SOUZA E SILVA DANTAS**, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

II – Membro: J**OAO SOL JESUS DE SANTANA**, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

III – Membro: **LUDMILA OLIVEIRA PAIXÃO**, representante da Procuradoria-Geral do Município – PROGER;

IV – Membro: **LORENA OLIVEIRA DANTAS DOS SANTOS,** representante da Secretaria Municipal de Saúde;

V – Membro: **ANDRE RICARDO DOS SANTOS BARROS**, representante da Secretaria Municipal de Administração e Inovação Tecnológica.

§1º- Os membros exercerão atribuições, enquanto membros da Comissão Gestora, análogos às atribuições exercidas nos cargos que ocupam, para o fiel cumprimentos das obrigações da Comissão Gestora constante no Art. 4º.

§2º- Poderão ser convocados servidores e profissionais técnicos de outros órgãos municipais para contribuir com as atividades da Comissão, conforme a natureza das providências necessárias.

§3º- A substituição de qualquer membro será formalizada por ato da autoridade competente, sem prejuízo da continuidade dos trabalhos.

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

§4º- A participação de representantes de órgãos externos ao Poder Executivo Municipal dependerá de articulação própria, respeitadas suas competências e autonomia institucional.

§5º- Possível divisão hierárquica dos membros da Comissão Gestora será feito por Portaria subscrita pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 4º- Compete à Comissão Gestora Intersetorial:

I – acompanhar e executar, no que lhe couber, o cumprimento integral das determinações judiciais dirigidas ao Município;

II – consolidar o Plano Emergencial de Transferência dos residentes;

III – estabelecer cronograma de execução, com identificação dos responsáveis por cada providência;

V – articular a identificação de locais de destino adequados às necessidades individuais dos acolhidos;

VI – acompanhar a organização do transporte, das equipes de saúde e assistência social e dos demais recursos necessários;

VII – monitorar a continuidade dos cuidados médicos, da alimentação, do fornecimento de medicamentos e do apoio psicossocial;

VIII – acompanhar o atendimento diferenciado aos adultos com deficiência menores de 60 (sessenta) anos;

IX – monitorar as providências de isolamento e sinalização da cratera existente na via pública em frente ao imóvel;

X – identificar dificuldades administrativas, técnicas, operacionais ou orçamentárias que possam comprometer o cumprimento da decisão;

XI – consolidar relatórios e documentos comprobatórios das providências executadas;

XII – comunicar imediatamente ao Gabinete do Prefeito e à PROGER as ocorrências que possam comprometer o cumprimento das determinações judiciais.

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

Art. 5º- A Comissão reunir-se-á sempre que necessário e, preferencialmente, de forma diária durante a fase emergencial, devendo registrar as providências executadas, as pendências identificadas, os responsáveis e os prazos estabelecidos.

Parágrafo único- A ausência de reunião ou de deliberação formal não poderá justificar a paralisação das medidas urgentes que sejam de competência dos órgãos municipais.

Art. 6º- Os órgãos municipais deverão comunicar imediatamente à Comissão e à PROGER qualquer circunstância que possa impedir ou retardar o cumprimento das obrigações judiciais, acompanhada das informações e dos documentos disponíveis.

Parágrafo único- A comunicação de dificuldades administrativas ou operacionais não suspende nem prorroga os prazos judiciais, cabendo à PROGER avaliar a necessidade de providências perante o Juízo competente.

Art. 7º- A composição nominal da Comissão e a designação do Gestor Municipal ficam formalizadas por este Decreto, produzindo efeitos a partir de sua publicação, independentemente da edição de ato complementar.

Art. 8º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, em 23 de outubro de 2026.

GUSTAVO AUGUSTO DE SOUZA CARMO
PREFEITO

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.722/2026.

"CONSTITUI COMISSÃO PARA REALIZAR O INVENTÁRIO DOS VALORES EXISTENTES EM BANCOS E EM CAIXA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, REFERENTES AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, ESTADO DA BAHIA,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Resolução TCM-BA nº 1.060/2005,

DECRETA:

Art. 1º- Fica constituída Comissão para realizar o inventário dos valores existentes em bancos e em caixa da Prefeitura Municipal de Alagoinhas, em 31 de dezembro de 2026, composta pelos seguintes servidores:

I – Claudia Luiza Teixeira, matrícula nº 21540, que exercerá a Presidência;

II – Sandra Regina Torres dos Santos, matrícula nº 20198;

III – **Valternei da Silva Pinto**, matrícula nº 44225.

Art. 2º- Compete à Comissão realizar a conferência dos saldos bancários e dos valores em caixa existentes em 31 de dezembro de 2026, confrontando-os com os respectivos registros contábeis e documentos comprobatórios, e formalizar os resultados dos trabalhos.

Art. 3º- A Comissão deverá apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, contado do encerramento do exercício financeiro de 2026, o Termo ou a Ata de Conferência dos Valores em Bancos e em Caixa, devidamente lavrado e assinado por seus integrantes, acompanhado dos documentos comprobatórios pertinentes.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, em 23 de outubro de 2026.

GUSTAVO AUGUSTO DE SOUZA CARMO
PREFEITO

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.723/2026.

"INSTITUI COMISSÃO PARA ANÁLISE DOS RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS FINANCEIROS ANTERIORES, ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA A INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, ESTADO DA BAHIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, e considerando o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na legislação aplicável à prescrição das obrigações da Fazenda Pública e nas normas de controle externo pertinentes;

CONSIDERANDO a necessidade de verificar a regularidade dos restos a pagar inscritos em exercícios financeiros anteriores, mediante análise individualizada dos respectivos processos e registros contábeis;

CONSIDERANDO a necessidade de apurar a efetiva existência das obrigações, a comprovação do direito dos credores e a eventual ocorrência de causas extintivas ou modificativas dos créditos;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, da segurança jurídica, da eficiência administrativa e da transparência na gestão dos recursos públicos;

DECRETA:

Art. 1º- Fica instituída a Comissão para análise dos restos a pagar inscritos em exercícios financeiros anteriores no âmbito da Prefeitura Municipal de Alagoinhas, de seus fundos e autarquias, composta pelos seguintes servidores:

I - Julianna Rosa Matos de Santana – matrícula nº 193893, SEFAZ;
II - Alineide Matos Silva Maciel de Lima – matrícula nº 196981, SEDUC;
III - Adriele Raissa dos Santos Azi – matrícula nº 192372, SESAU;
IV - Ana Francisca Cruz Santos – matrícula nº 195422, SEDES;
V - Sergia Maria Figueiredo Bitancourt Santos – matrícula nº 189471, SEFAZ;
VI - Rafael Oliveira Borges de Jesus - matrícula nº 44332; SEFAZ;

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

VII - Sócrates Araújo Faria Bomfim, matricula 44333; SEFAZ;
VIII- Rosangela da Silva Oliveira, matricula 43790; SEFAZ.

§ 1º A servidora **JULIANNA ROSA MATOS DE SANTANA** fica designada Presidente da Comissão.

§2º- A atuação da Comissão abrangerá a instrução e a análise dos registros e processos relacionados ao objeto deste Decreto, sem prejuízo das competências legais dos órgãos responsáveis pela contabilidade, pela decisão administrativa e pela assessoria jurídica.

Art. 2º- Compete à Comissão:

I – levantar e analisar os restos a pagar inscritos em exercícios financeiros anteriores, distinguindo as despesas processadas das não processadas;

II – examinar os documentos comprobatórios da despesa, especialmente quanto à existência da obrigação, à identificação do credor e à efetiva entrega de bens, prestação de serviços ou execução de obras, quando aplicável;

III – verificar a existência de requerimentos administrativos, processos judiciais, pagamentos parciais, reconhecimentos da obrigação e demais fatos relevantes para a análise da exigibilidade do crédito e da eventual prescrição;

IV – solicitar informações e documentos às Secretarias, aos órgãos e às entidades envolvidos;

V – promover, quando cabível, a notificação dos credores para apresentação de documentos e esclarecimentos;

VI – elaborar relatório conclusivo, individualizado e fundamentado, com indicação das providências administrativas e contábeis cabíveis, submetendo-o à autoridade competente.

Parágrafo único. A análise prevista neste artigo deverá observar, conforme o caso, os arts. 36, 37, 63 e 92 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, bem como a legislação aplicável à natureza de cada obrigação.

Art. 3º- A Comissão poderá notificar os credores identificados nos registros contábeis para que apresentem, no prazo de 15 (quinze) dias, contado do recebimento da comunicação, os documentos e esclarecimentos necessários à análise do respectivo crédito.

§1º- A notificação será realizada por meio que permita comprovar seu envio e recebimento.

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

§2º- Quando não for possível localizar o credor ou efetivar a notificação pelos meios ordinários, poderá ser realizada convocação por edital, observadas as normas aplicáveis e as circunstâncias do caso concreto.

§3º- A ausência de manifestação do credor não implicará, por si só, reconhecimento da prescrição ou extinção da obrigação, devendo a Comissão prosseguir na análise dos documentos e demais elementos disponíveis.

Art. 4º- A Comissão elaborará relatório conclusivo individualizado para cada processo analisado, no prazo de até 10 (dez) dias, contado da conclusão da instrução documental, admitida prorrogação motivada quando necessária à realização de diligências.

§1º- O relatório deverá indicar os fatos apurados, os documentos examinados, os fundamentos da conclusão e a providência recomendada, inclusive quanto à eventual manutenção ou ao cancelamento do registro contábil.

§2º- Os processos serão submetidos à autoridade competente para decisão, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§3º- O eventual cancelamento do registro contábil não implicará, por si só, a extinção de obrigação material eventualmente subsistente, devendo ser adotadas as providências cabíveis para resguardar os direitos e interesses da Administração e de terceiros.

Art. 5º- Concluídos os trabalhos, a Comissão apresentará relatório final consolidado à autoridade competente, acompanhado dos relatórios individualizados e da relação dos processos analisados.

Parágrafo único. Os casos que indiquem possível irregularidade, necessidade de reconhecimento de obrigação, ocorrência de prescrição ou eventual responsabilidade de agentes públicos serão encaminhados às unidades competentes para análise e adoção das providências cabíveis, observadas as respectivas atribuições legais.

Art. 6º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, em 23 de outubro de 2026.

GUSTAVO AUGUSTO DE SOUZA CARMO
PREFEITO

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

DECRETO

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.724/2026.

"INSTITUI COMISSÃO GESTORA INTERSETORIAL PARA O CUMPRIMENTO DA DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA NO PROCESSO Nº 8007633-88.2026.8.05.0004, RELATIVA AO LAR DOS IDOSOS BEZERRA DE MENEZES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela legislação vigente,

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Alagoinhas, nos autos da Ação Civil Pública nº 8007633-88.2026.8.05.0004, que determinou a adoção de medidas emergenciais destinadas à proteção da vida, da saúde, da integridade física e da dignidade das pessoas acolhidas no Lar dos Idosos Bezerra de Menezes;

CONSIDERANDO a determinação judicial de assunção provisória, pelo Município de Alagoinhas, da gestão do serviço de acolhimento, com designação de gestor responsável, elaboração de Plano Emergencial de Transferência e transferência integral dos residentes para locais seguros, acessíveis, salubres e devidamente regulares;

CONSIDERANDO que a decisão judicial abrange 57 (cinquenta e sete) pessoas acolhidas, sendo 48 (quarenta e oito) pessoas idosas e 9 (nove) adultos com deficiência menores de 60 (sessenta) anos, cuja situação exige avaliação individualizada e atendimento compatível com suas necessidades;

CONSIDERANDO a necessidade de atuação coordenada das Secretarias e dos órgãos municipais, com definição de responsabilidades, estabelecimento de fluxos administrativos, acompanhamento dos prazos e documentação das providências executadas;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas emergenciais de saúde, assistência social, transporte, acolhimento, segurança estrutural e isolamento e sinalização da cratera existente na via pública em frente ao imóvel;

DECRETA:

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

Art. 1º- Fica instituída, no âmbito do Poder Executivo Municipal, a Comissão Intersetorial de Acompanhamento e Cumprimento da Decisão Judicial proferida nos autos do Processo nº 8007633-88.2026.8.05.0004, destinada a coordenar, monitorar, executar e documentar as providências administrativas necessárias ao cumprimento das determinações impostas ao Município de Alagoinhas.

§1º- A Comissão terá caráter extraordinário e temporário, com atuação prioritária enquanto perdurarem as medidas emergenciais e as obrigações decorrentes da decisão judicial.

§2º- A atuação da Comissão não substitui as competências legais e regulamentares das Secretarias e dos demais órgãos municipais, aos quais caberá executar as providências inseridas em suas respectivas áreas de atuação.

Art. 2º- A Comissão Gestora Intersetorial será composta pelos seguintes membros, desde já designados por este Decreto:

I – Membro: **LUSIANE MARIA DE SOUZA E SILVA DANTAS**, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

II – Membro: J**OAO SOL JESUS DE SANTANA**, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

III – Membro: **LUDMILA OLIVEIRA PAIXÃO**, representante da Procuradoria-Geral do Município – PROGER;

IV – Membro: **LORENA OLIVEIRA DANTAS DOS SANTOS,** representante da Secretaria Municipal de Saúde;

V – Membro: **ANDRE RICARDO DOS SANTOS BARROS**, representante da Secretaria Municipal de Administração e Inovação Tecnológica.

§1º- Os membros exercerão atribuições, enquanto membros da Comissão Gestora, análogos às atribuições exercidas nos cargos que ocupam, para o fiel cumprimentos das obrigações da Comissão Gestora constante no Art. 4º.

§2º- Poderão ser convocados servidores e profissionais técnicos de outros órgãos municipais para contribuir com as atividades da Comissão, conforme a natureza das providências necessárias.

§3º- A substituição de qualquer membro será formalizada por ato da autoridade competente, sem prejuízo da continuidade dos trabalhos.

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

§4º- A participação de representantes de órgãos externos ao Poder Executivo Municipal dependerá de articulação própria, respeitadas suas competências e autonomia institucional.

§5º- Possível divisão hierárquica dos membros da Comissão Gestora será feito por Portaria subscrita pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 4º- Compete à Comissão Gestora Intersetorial:

I – acompanhar e executar, no que lhe couber, o cumprimento integral das determinações judiciais dirigidas ao Município;

II – consolidar o Plano Emergencial de Transferência dos residentes;

III – estabelecer cronograma de execução, com identificação dos responsáveis por cada providência;

V – articular a identificação de locais de destino adequados às necessidades individuais dos acolhidos;

VI – acompanhar a organização do transporte, das equipes de saúde e assistência social e dos demais recursos necessários;

VII – monitorar a continuidade dos cuidados médicos, da alimentação, do fornecimento de medicamentos e do apoio psicossocial;

VIII – acompanhar o atendimento diferenciado aos adultos com deficiência menores de 60 (sessenta) anos;

IX – monitorar as providências de isolamento e sinalização da cratera existente na via pública em frente ao imóvel;

X – identificar dificuldades administrativas, técnicas, operacionais ou orçamentárias que possam comprometer o cumprimento da decisão;

XI – consolidar relatórios e documentos comprobatórios das providências executadas;

XII – comunicar imediatamente ao Gabinete do Prefeito e à PROGER as ocorrências que possam comprometer o cumprimento das determinações judiciais.

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

Art. 5º- A Comissão reunir-se-á sempre que necessário e, preferencialmente, de forma diária durante a fase emergencial, devendo registrar as providências executadas, as pendências identificadas, os responsáveis e os prazos estabelecidos.

Parágrafo único- A ausência de reunião ou de deliberação formal não poderá justificar a paralisação das medidas urgentes que sejam de competência dos órgãos municipais.

Art. 6º- Os órgãos municipais deverão comunicar imediatamente à Comissão e à PROGER qualquer circunstância que possa impedir ou retardar o cumprimento das obrigações judiciais, acompanhada das informações e dos documentos disponíveis.

Parágrafo único- A comunicação de dificuldades administrativas ou operacionais não suspende nem prorroga os prazos judiciais, cabendo à PROGER avaliar a necessidade de providências perante o Juízo competente.

Art. 7º- A composição nominal da Comissão e a designação do Gestor Municipal ficam formalizadas por este Decreto, produzindo efeitos a partir de sua publicação, independentemente da edição de ato complementar.

Art. 8º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, em 23 de outubro de 2026.

GUSTAVO AUGUSTO DE SOUZA CARMO
PREFEITO

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.722/2026.

"CONSTITUI COMISSÃO PARA REALIZAR O INVENTÁRIO DOS VALORES EXISTENTES EM BANCOS E EM CAIXA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, REFERENTES AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, ESTADO DA BAHIA,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Resolução TCM-BA nº 1.060/2005,

DECRETA:

Art. 1º- Fica constituída Comissão para realizar o inventário dos valores existentes em bancos e em caixa da Prefeitura Municipal de Alagoinhas, em 31 de dezembro de 2026, composta pelos seguintes servidores:

I – Claudia Luiza Teixeira, matrícula nº 21540, que exercerá a Presidência;

II – Sandra Regina Torres dos Santos, matrícula nº 20198;

III – **Valternei da Silva Pinto**, matrícula nº 44225.

Art. 2º- Compete à Comissão realizar a conferência dos saldos bancários e dos valores em caixa existentes em 31 de dezembro de 2026, confrontando-os com os respectivos registros contábeis e documentos comprobatórios, e formalizar os resultados dos trabalhos.

Art. 3º- A Comissão deverá apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, contado do encerramento do exercício financeiro de 2026, o Termo ou a Ata de Conferência dos Valores em Bancos e em Caixa, devidamente lavrado e assinado por seus integrantes, acompanhado dos documentos comprobatórios pertinentes.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, em 23 de outubro de 2026.

GUSTAVO AUGUSTO DE SOUZA CARMO
PREFEITO

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.723/2026.

"INSTITUI COMISSÃO PARA ANÁLISE DOS RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS FINANCEIROS ANTERIORES, ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA A INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, ESTADO DA BAHIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, e considerando o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na legislação aplicável à prescrição das obrigações da Fazenda Pública e nas normas de controle externo pertinentes;

CONSIDERANDO a necessidade de verificar a regularidade dos restos a pagar inscritos em exercícios financeiros anteriores, mediante análise individualizada dos respectivos processos e registros contábeis;

CONSIDERANDO a necessidade de apurar a efetiva existência das obrigações, a comprovação do direito dos credores e a eventual ocorrência de causas extintivas ou modificativas dos créditos;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, da segurança jurídica, da eficiência administrativa e da transparência na gestão dos recursos públicos;

DECRETA:

Art. 1º- Fica instituída a Comissão para análise dos restos a pagar inscritos em exercícios financeiros anteriores no âmbito da Prefeitura Municipal de Alagoinhas, de seus fundos e autarquias, composta pelos seguintes servidores:

I - Julianna Rosa Matos de Santana – matrícula nº 193893, SEFAZ;
II - Alineide Matos Silva Maciel de Lima – matrícula nº 196981, SEDUC;
III - Adriele Raissa dos Santos Azi – matrícula nº 192372, SESAU;
IV - Ana Francisca Cruz Santos – matrícula nº 195422, SEDES;
V - Sergia Maria Figueiredo Bitancourt Santos – matrícula nº 189471, SEFAZ;
VI - Rafael Oliveira Borges de Jesus - matrícula nº 44332; SEFAZ;

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

VII - Sócrates Araújo Faria Bomfim, matricula 44333; SEFAZ;
VIII- Rosangela da Silva Oliveira, matricula 43790; SEFAZ.

§ 1º A servidora **JULIANNA ROSA MATOS DE SANTANA** fica designada Presidente da Comissão.

§2º- A atuação da Comissão abrangerá a instrução e a análise dos registros e processos relacionados ao objeto deste Decreto, sem prejuízo das competências legais dos órgãos responsáveis pela contabilidade, pela decisão administrativa e pela assessoria jurídica.

Art. 2º- Compete à Comissão:

I – levantar e analisar os restos a pagar inscritos em exercícios financeiros anteriores, distinguindo as despesas processadas das não processadas;

II – examinar os documentos comprobatórios da despesa, especialmente quanto à existência da obrigação, à identificação do credor e à efetiva entrega de bens, prestação de serviços ou execução de obras, quando aplicável;

III – verificar a existência de requerimentos administrativos, processos judiciais, pagamentos parciais, reconhecimentos da obrigação e demais fatos relevantes para a análise da exigibilidade do crédito e da eventual prescrição;

IV – solicitar informações e documentos às Secretarias, aos órgãos e às entidades envolvidos;

V – promover, quando cabível, a notificação dos credores para apresentação de documentos e esclarecimentos;

VI – elaborar relatório conclusivo, individualizado e fundamentado, com indicação das providências administrativas e contábeis cabíveis, submetendo-o à autoridade competente.

Parágrafo único. A análise prevista neste artigo deverá observar, conforme o caso, os arts. 36, 37, 63 e 92 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, bem como a legislação aplicável à natureza de cada obrigação.

Art. 3º- A Comissão poderá notificar os credores identificados nos registros contábeis para que apresentem, no prazo de 15 (quinze) dias, contado do recebimento da comunicação, os documentos e esclarecimentos necessários à análise do respectivo crédito.

§1º- A notificação será realizada por meio que permita comprovar seu envio e recebimento.

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

§2º- Quando não for possível localizar o credor ou efetivar a notificação pelos meios ordinários, poderá ser realizada convocação por edital, observadas as normas aplicáveis e as circunstâncias do caso concreto.

§3º- A ausência de manifestação do credor não implicará, por si só, reconhecimento da prescrição ou extinção da obrigação, devendo a Comissão prosseguir na análise dos documentos e demais elementos disponíveis.

Art. 4º- A Comissão elaborará relatório conclusivo individualizado para cada processo analisado, no prazo de até 10 (dez) dias, contado da conclusão da instrução documental, admitida prorrogação motivada quando necessária à realização de diligências.

§1º- O relatório deverá indicar os fatos apurados, os documentos examinados, os fundamentos da conclusão e a providência recomendada, inclusive quanto à eventual manutenção ou ao cancelamento do registro contábil.

§2º- Os processos serão submetidos à autoridade competente para decisão, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§3º- O eventual cancelamento do registro contábil não implicará, por si só, a extinção de obrigação material eventualmente subsistente, devendo ser adotadas as providências cabíveis para resguardar os direitos e interesses da Administração e de terceiros.

Art. 5º- Concluídos os trabalhos, a Comissão apresentará relatório final consolidado à autoridade competente, acompanhado dos relatórios individualizados e da relação dos processos analisados.

Parágrafo único. Os casos que indiquem possível irregularidade, necessidade de reconhecimento de obrigação, ocorrência de prescrição ou eventual responsabilidade de agentes públicos serão encaminhados às unidades competentes para análise e adoção das providências cabíveis, observadas as respectivas atribuições legais.

Art. 6º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, em 23 de outubro de 2026.

GUSTAVO AUGUSTO DE SOUZA CARMO
PREFEITO

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

DECRETO

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.733/2026.

"HOMOLOGA O RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO, PARA EFEITO DE EFETIVAÇÃO".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista os dispositivos da Lei 007/2003, art.27 § 1º e 2º e Parágrafo Único do art. 29.

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de ato específico do poder executivo para a efetivação do servidor em estágio probatório,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado o resultado da avaliação do Estágio Probatório - **Resolução 150/2026** da Comissão Permanente de Avaliação, e declarada estável no serviço público do Município de Alagoinhas a servidora,

§1º- Ficam consideradas aptas ao exercício de suas funções as servidoras:

Nº	Matricula	Funcionário	Função	Nomeação	Efetivação	Secretaria
1.	44291	**Clarice Ribeiro de Santana**	Professora I	16/08/2023	16/08/2026	SEDUC
2.	44282	**Joselita Almeida Silva**	Profissional de Apoio I	01/09/2023	01/09/2026	SEDUC
3.	44292	**Maria Lucia Reis dos Santos**	Professora I	17/08/2023	17/08/2026	SEDUC
4.	44267	**Renata Maria Vieira dos Santos**	Auxiliar de Classe	03/04/2023	03/04/2026	SEDUC
5.	44295	**Tamara Barbosa Barreto**	Professora I	01/09/2023	01/09/2026	SEDUC

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, produzindo eficácia a partir da data de efetivação das servidoras que estão descritas na coluna da tabela do Art. 1º deste Decreto.

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, em 23 de outubro de 2026.

GUSTAVO AUGUSTO DE SOUZA CARMO
PREFEITO

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.725/2026.

"ALTERA DECRETO Nº 6.350/2025 DE NOMEAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NEGRA AFRO-DESCENDENTE."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o Decreto nº 6.350/2025 que nomeou os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Comunidade Negra Afrodescendente, conforme segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDES

EXCLUIR:

Titular – Clécio de Oliveira
Suplente – Aias Daian da Silva Lima

INCLUIR:
Titular – Leone Ferreira da Silva
Suplente – Danilo Santana dos Santos

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, em 23 de outubro de 2026.

GUSTAVO AUGUSTO DE SOUZA CARMO
PREFEITO

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.726/2026.

"ALTERA DECRETO Nº 6.374/2025 DE NOMEAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, QUEE E INTERSEXUAIS – CONSELHO LGBTQIAPN+".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o Decreto nº 6.374/2025 que nomeou os membros do Conselho Municipal dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Quee e Intersexuais – Conselho LGBTQIAPN+, conforme segue:

1 – REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

EXCLUIR:
Titular – Aias Daian da Silva Lima

INCLUIR:
Titular – Danilo Santana dos Santos

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, em 23 de outubro de 2026.

GUSTAVO AUGUSTO DE SOUZA CARMO
PREFEITO

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.727/2026.

"ALTERA DECRETO Nº 6.414/2025 DE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE ALAGOINHAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o Decreto nº 6.414/2025 que nomeou os membros do Conselho Municipal de Política Cultural, conforme segue:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

VI. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDES

EXCLUIR:

Titular – Clécio de Oliveira
Suplente – Aias Daian da Silva Lima

INCLUIR:
Titular – Leone Ferreira da Silva
Suplente – Danilo Santana dos Santos

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, em 23 de outubro de 2026.

GUSTAVO AUGUSTO DE SOUZA CARMO
PREFEITO

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.728/2026.

"ALTERA DECRETO Nº 6.456/2025 INSTITUI A COMISSÃO INTERSETORIAL PELOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, PARA FINS DE ATUAÇÃO NO ÂMBITO DO SELO UNICEF."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o Decreto nº 6.456/2025 que instituiu a Comissão Intersetorial pelos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Alagoinhas, para fins de atuação no âmbito do Selo UNICEF, conforme segue:

III - Políticas de Direitos Humanos

EXCLUI:
Suplente: Aías Daian da Silva Lima

INCLUI:
Suplente: Danilo Santana dos Santos

IV - Políticas de Equidade Étnico-Racial

EXCLUI:
Titular: Clécio de Oliveira

INCLUI:
Titular: Leone Ferreira da Silva

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, em 23 de outubro de 2026.

GUSTAVO AUGUSTO DE SOUZA CARMO

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO
PREFEITO

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.729/2026.

"ALTERA DECRETO Nº 6.537/2025 DE NOMEAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO MEMBROS(AS) DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o Decreto nº 6.537/2025 que nomeou os membros do Conselho Municipal de da Juventude do Município de Alagoinhas, conforme segue:

1 – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EXCLUIR:
Titular – Aias Daian da Silva Lima

INCLUIR:
Titular – Danilo Santana dos Santos

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, em 23 de outubro de 2026.

GUSTAVO AUGUSTO DE SOUZA CARMO
PREFEITO

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.730/2026.

"ALTERA DECRETO Nº 6.468/2025 QUE NOMEOU OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES- COMDEDIM".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o Decreto nº 6.468/2025 que nomeou o Conselho Municipal de defesa dos Direitos das Mulheres- COMDEDIM, conforme segue:

1 – REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

a) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEDES

EXCLUIR:
Titular: Ana Márcia Silva Conceição

INCLUIR:
Titular: Dulcineide dos Santos Bispo

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, em 23 de outubro de 2026.

GUSTAVO AUGUSTO DE SOUZA CARMO
PREFEITO

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.731/2026.

"ALTERA DECRETO Nº 6.474/2025 QUE NOMEOU OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA- CMDPCD".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o Decreto nº 6.474/2025 que nomeou o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência- CMDPCD, conforme segue:

1. REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

1.1- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social-SEDES

EXCLUIR:
Suplente: Ana Márcia Silva Conceição

INCLUIR:
Suplente: Dulcineide dos Santos Bispo

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, em 23 de outubro de 2026.

GUSTAVO AUGUSTO DE SOUZA CARMO
PREFEITO

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.732/2026.

"ALTERA DECRETO Nº 6.555/2025 QUE NOMEOU O GRUPO INSTITUCIONAL DO PODER PÚBLICO – GIPP".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o Decreto nº 6.555/2025 que nomeou o Grupo Institucional do Poder Público, conforme segue:

I- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social-SEDES

EXCLUIR:
Titular: Ana Márcia Silva Conceição

INCLUIR:
Titular – Dulcineide dos Santos Bispo

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, em 23 de outubro de 2026.

GUSTAVO AUGUSTO DE SOUZA CARMO
PREFEITO

3ª RELAÇÃO DE CANDIDATOS(AS) DEFERIDOS(AS) OU INDEFERIDOS(AS) INSCRITOS(AS) NO EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 004/2026, PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOA(S) FÍSICA(S) E/OU JURÍDICA(S)

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
Secretaria Municipal de Saúde

3ª RELAÇÃO DE CANDIDATOS(AS) DEFERIDOS(AS) OU INDEFERIDOS(AS) INSCRITOS(AS) NO EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 004/2026, PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOA(S) FÍSICA(S) E/OU JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES DE ATENDIMENTO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS/BA, POR CARGO E ORDEM DE INSCRIÇÃO.

POLICLÍNICA - REUMATOLOGISTA - 12 HORAS SEMANAIS				
ITEM	**NÚMERO DO PROCESSO**	**NOME DO CANDIDATO PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA**	**STATUS DA INSCRIÇÃO**	**ITENS PENDENTES**
1	**13579/2026**	**W E MEDLAUDOS SERVICOS DE DIAGNOSTICO E LAUDOS MEDICOS LTDA**	**INDEFERIDA**	Da empresa: H
2	**13580/2026**	**W E MEDLAUDOS SERVICOS DE DIAGNOSTICO E LAUDOS MEDICOS LTDA**	**INDEFERIDA**	Da empresa: G
3	**13581/2026**	**W E MEDLAUDOS SERVICOS DE DIAGNOSTICO E LAUDOS MEDICOS LTDA**	**INDEFERIDA**	Da empresa: G
4	**13619/2026**	**W E MEDLAUDOS SERVICOS DE DIAGNOSTICO E LAUDOS MEDICOS LTDA**	**DEFERIDA**	-

POLICLÍNICA - NEUROPEDIATRIA - 12 HORAS SEMANAIS				
ITEM	**NÚMERO DO PROCESSO**	**NOME DO CANDIDATO PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA**	**STATUS DA INSCRIÇÃO**	**ITENS PENDENTES**
2	**13582/2026**	**W E MEDLAUDOS SERVICOS DE DIAGNOSTICO E LAUDOS MEDICOS LTDA**	**INDEFERIDA**	Da empresa: H; Do profissional: A,B, C e D
3	**13583/2026**	**W E MEDLAUDOS SERVICOS DE DIAGNOSTICO E LAUDOS MEDICOS LTDA**	**INDEFERIDA**	Da empresa: G; Do profissional: B
4	**13621/2026**	**W E MEDLAUDOS SERVICOS DE DIAGNOSTICO E LAUDOS MEDICOS LTDA**	**DEFERIDA**	

POLICLÍNICA - GASTROENTEROLOGISTA - 12 HORAS SEMANAIS. Serviço de Endoscopia com equipamento				
ITEM	**NÚMERO DO PROCESSO**	**NOME DO CANDIDATO PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA**	**STATUS DA INSCRIÇÃO**	**ITENS PENDENTES**
1	**13584/2026**	**W E MEDLAUDOS SERVICOS DE DIAGNOSTICO E LAUDOS MEDICOS LTDA**	**INDEFERIDA**	Da empresa: H; Do profissional: A e B
2	**13585/2026**	**W E MEDLAUDOS SERVICOS DE DIAGNOSTICO E LAUDOS MEDICOS LTDA**	**INDEFERIDA**	Da empresa: G
3	**13623/2026**	**W E MEDLAUDOS SERVICOS DE DIAGNOSTICO E LAUDOS MEDICOS LTDA**	**DEFERIDA**	

POLICLÍNICA – ANGIOLOGISTA - 12 HORAS SEMANAIS				
ITEM	**NÚMERO DO PROCESSO**	**NOME DO CANDIDATO PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA**	**STATUS DA INSCRIÇÃO**	**ITENS PENDENTES**
1	13587/2026	W E MEDLAUDOS SERVICOS DE DIAGNOSTICO E LAUDOS MEDICOS LTDA	**INDEFERIDA**	Da empresa: H; Do profissional: B e D
2	13588/2026	W E MEDLAUDOS SERVICOS DE DIAGNOSTICO E LAUDOS MEDICOS LTDA	**INDEFERIDA**	Da empresa: G
3	13624/2026	W E MEDLAUDOS SERVICOS DE DIAGNOSTICO E LAUDOS MEDICOS LTDA	**DEFERIDA**	

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
Secretaria Municipal de Saúde

- Da decisão de deferimento ou indeferimento do credenciamento, proferida pela Comissão de credenciamento da Secretaria Municipal de Saúde, caberá recurso através do endereço eletrônico **https://alagoinhas.ba.gov.br/credenciamentosesau/** junto à Secretaria Municipal de Saúde, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publicação no Diário Oficial do Município, conforme item 5.6 do edital.

Alagoinhas, 22 de outubro de 2026

Comissão de Credenciamento SESAU

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DL 034/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
CNPJ N° 13.646.005/0001-38

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2026

O Secretário de Administração e Inovação Tecnológica do Município de Alagoinhas-BA, no uso de suas atribuições, em concordância com a Lei 14.133/21, resolve: ADJUDICAR E HOMOLOGAR a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2026**, com **objeto:** AQUISIÇÃO DE FOGOS DE ARTIFICIO PARA FUTUROS E EVENTUAIS EVENTOS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO DO MUNICIPIO DE ALAGOINHAS-BAHIA. **EMPRESA:** JOEL BATISTA SANTANA – **VALOR:** R$ 61.590,00 (sessenta e um mil, quinhentos e noventa reais). **Vigência: 1**2 (doze) meses. **Data da Homologação:** 23/10/2026 Maiores informações: tel. 3422-8605, Alagoinhas-BA, 23/10/2026. Bruno Nascimento Silva – Secretário de Administração e Inovação Tecnológica do Município de Alagoinhas-BA.

NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 002-REGULARIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PUBLICITÁRIOS INSTALADOS SEM LICENÇA MUNICIPAL E AVISO DE REMOÇÃO ADMINISTRATIVA

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E ORDEM PÚBLICA

SETOR DE FISCALIZAÇÃO DE PUBLICIDADE

NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 02/2026

ASSUNTO: regularização de equipamentos publicitários instalados sem licença municipal e aviso de remoção administrativa.

À empresa notificada,

O MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, ESTADO DA BAHIA, por intermédio da Secretaria Municipal de Mobilidade e Ordem Pública – SEMORP, no exercício de suas atribuições legais de fiscalização, ordenamento e controle da publicidade instalada em espaços públicos e privados sujeitos à regulamentação municipal, vem, por meio desta, **NOTIFICAR todas as empresas de publicidade, que possuam CNAE** 7312-2/00 (*Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação*)**, acerca da existência de equipamentos publicitários instalados neste Município sem a devida licença ou autorização municipal**, conforme levantamento realizado pela fiscalização competente.

A instalação e a manutenção de engenhos publicitários devem observar a legislação municipal aplicável, as exigências de licenciamento, os requisitos de segurança e as normas de ordenamento urbano, não sendo admitida a permanência de equipamentos em situação irregular.

Diante do exposto, fica essa empresa **NOTIFICADA para, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento desta notificação**, adotar uma das seguintes providências:

I – apresentar a licença ou autorização municipal válida referente aos equipamentos identificados pela fiscalização;

II – requerer a regularização dos equipamentos, quando juridicamente cabível, mediante apresentação da documentação exigida e atendimento às condições estabelecidas pela legislação municipal; ou

III – promover a retirada voluntária dos equipamentos que não possuam licença válida ou cuja regularização não seja legalmente admitida.

ADVERTÊNCIA QUANTO À REMOÇÃO E AOS CUSTOS

Decorrido o prazo de 05 (cinco) dias sem a comprovação da regularidade dos equipamentos ou sem a sua retirada voluntária, o Município poderá adotar as medidas

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E ORDEM PÚBLICA

administrativas cabíveis para a remoção dos equipamentos publicitários irregulares, observados o devido processo administrativo, a legislação municipal aplicável e as eventuais hipóteses legais de remoção imediata.

Os custos efetivamente incorridos com a remoção, o transporte, o armazenamento e os demais serviços diretamente relacionados à operação poderão ser apurados e cobrados da empresa responsável, mediante a devida identificação da responsabilidade, documentação das despesas e observância do procedimento administrativo pertinente, com o respectivo lançamento no cadastro municipal da empresa quando houver fundamento legal para tanto.

A presente notificação não dispensa o cumprimento de outras exigências legais, nem afasta a aplicação de sanções administrativas eventualmente cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa nos casos previstos em lei.

A empresa deverá apresentar sua manifestação e os documentos comprobatórios pertinentes perante o setor competente da SEMORP, dentro do prazo estabelecido, mencionando o número desta notificação.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a adoção das providências administrativas e legais cabíveis.

Alagoinhas – BA, 23 de outubro de 2026.

Secretaria Municipal de Mobilidade e Ordem Pública – SEMORP
Prefeitura Municipal de Alagoinhas – Bahia

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo n.º 054/2026 - SEDUC – Município: O Município de Alagoinhas – Contratada: PROSPERA DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA**.** – Fundamento Legal: art. 136, I da Lei Federal n.º 14.133/2021. – Tem por escopo reequilibrar econômico e financeiramente a ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 020/2026. – Data de Assinatura: 23/10/2026.

DECRETOS FINANCEIROS

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
PRAÇA GRACILIANO DE FREITAS, 1 - CENTRO
Alagoinhas - BA
C.N.P.J.: 13.646.005/0001-38

De 21/10/2026 à 22/10/2026

DECRETO 260/2026

Abre CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de 212.866,71 (DUZENTOS E DOZE MIL E OITOCENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS) e dá outras providências.

O(A) Prefeito(a) Municipal de ALAGOINHAS, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e de acordo com o que lhe confere a Lei Nº 2890 / 2025,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO SUPLEMENTAR, na importância supra, para reforço das seguintes Dotações:

12017 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PROJETOS - SEOP
1260 IMPLANTAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS

44905100 - 1.706	Obras e Instalações	212.866,71
	Soma da Ação:	**212.866,71**
	Soma da Unidade:	**212.866,71**
	Total Geral:	**212.866,71**

Art. 2º - Para fazer face ao Crédito aberto no artigo 1º, utilizar-se-ão os recursos provenientes de Excesso de Arrecadação, na forma estabelecida no Art. 43, paragrafo 1º, inciso II da Lei 4.320/64, conforme discriminação abaixo:

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

1.706	Transferência Especial da União	212.866,71
	Total Geral:	**212.866,71**

Art. 3º - Este(a) Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Município de Alagoinhas, Estado Da Bahia 21 de outubro de 2026.

GUSTAVO AUGUSTO DE SOUZA CARMO
PREFEITO Mat.189634

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
PRAÇA GRACILIANO DE FREITAS, 1 - CENTRO
Alagoinhas - BA
C.N.P.J.: 13.646.005/0001-38

De 21/10/2026 à 22/10/2026

DECRETO 261/2026

Abre CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de 2.615.618,38 (DOIS MILHÕES E SEISCENTOS E QUINZE MIL E SEISCENTOS E DEZOITO REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS) e dá outras providências.

O(A) Prefeito(a) Municipal de ALAGOINHAS, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e de acordo com o que lhe confere a Lei Nº 2890 / 2025,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO SUPLEMENTAR, na importância supra, para reforço das seguintes Dotações:

08010	**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ**	
0001	CUMPRIMENTO DE ACORDOS E SENTENÇAS JUDICIAIS	
33909100 - 1.500	Sentenças Judiciais	100.000,00
	Soma da Ação:	**100.000,00**
	Soma da Unidade:	**100.000,00**
10012	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FUMSAÚDE**	
2011	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS	
33903400 - 1.500	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	536.000,00
33903900 - 1.659	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.000,00
33913900 - 1.500	Outros Serv Terceiros - Pessoa Jurídica	1.000,00
	Soma da Ação:	**542.000,00**
2021	FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA	
33903000 - 1.500	Material de Consumo	62.000,00
33903400 - 1.500	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	417.000,00
33903900 - 1.500	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	25.000,00
33913900 - 1.500	Outros Serv Terceiros - Pessoa Jurídica	22.000,00
	Soma da Ação:	**526.000,00**
2022	FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO EM SAÚDE ESPECIALIZADA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
33903000 - 1.500	Material de Consumo	50.000,00
33903000 - 1.600	Material de Consumo	5.208,77
33913900 - 1.500	Outros Serv Terceiros - Pessoa Jurídica	5.000,00
	Soma da Ação:	**60.208,77**
2025	FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU	
33903000 - 1.500	Material de Consumo	10.000,00
33903400 - 1.500	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	95.000,00
33913900 - 1.500	Outros Serv Terceiros - Pessoa Jurídica	962,00
	Soma da Ação:	**105.962,00**
2027	FUNCIONAMENTO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
33903000 - 1.500	Material de Consumo	4.000,00
33913900 - 1.500	Outros Serv Terceiros - Pessoa Jurídica	1.600,00
	Soma da Ação:	**5.600,00**
2030	GESTÃO DO HOSPITAL - MATERNIDADE	
33903900 - 1.500	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	48.000,00
	Soma da Ação:	**48.000,00**
2058	FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	
33903000 - 1.632	Material de Consumo	590,00
33903900 - 1.500	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.500,00
	Soma da Ação:	**2.090,00**
2198	GERENCIAMENTO DA UNIDADE DE REINTEGRAÇÃO FUNCIONAL - URF	
33903000 - 1.500	Material de Consumo	2.000,00
33903600 - 1.500	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	9.157,61
33903900 - 1.500	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	100,00
33913900 - 1.500	Outros Serv Terceiros - Pessoa Jurídica	2.500,00
	Soma da Ação:	**13.757,61**
	Soma da Unidade:	**1.303.618,38**
12017	**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PROJETOS - SEOP**	
2011	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS	
33903600 - 1.500	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	6.000,00
	Soma da Ação:	**6.000,00**
	Soma da Unidade:	**6.000,00**
13019	**SECRETARIA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO - SEMAN**	

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
PRAÇA GRACILIANO DE FREITAS, 1 - CENTRO
Alagoinhas - BA
C.N.P.J.: 13.646.005/0001-38

De 21/10/2026 à 22/10/2026

DECRETO 261/2026

2179	MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA VIÁRIA URBANA	
33903900 - 1.500	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.206.000,00
	Soma da Ação:	**1.206.000,00**
	Soma da Unidade:	**1.206.000,00**
	Total Geral:	**2.615.618,38**

Art. 2º - Para fazer face ao Crédito aberto no artigo 1º, utilizar-se-ão os recursos de anulação total e/ou parcial de dotações, de acordo com o previsto no Art. 43, paragrafo 1º, inciso III da Lei 4.320/64, conforme discriminação abaixo:

08010	**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ**	
0001	CUMPRIMENTO DE ACORDOS E SENTENÇAS JUDICIAIS	
31909100 - 1.500	Sentenças Judiciais	100.000,00
	Soma da Ação:	**100.000,00**
	Soma da Unidade:	**100.000,00**
10012	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FUMSAÚDE**	
2010	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL, ENCARGOS E BENEFICIOS	
31901300 - 1.500	Obrigações Patronais	400.000,00
	Soma da Ação:	**400.000,00**
2021	FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA	
31901300 - 1.500	Obrigações Patronais	806.000,00
33903600 - 1.600	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	5.208,77
	Soma da Ação:	**811.208,77**
2022	FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO EM SAÚDE ESPECIALIZADA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
33903000 - 1.659	Material de Consumo	5.000,00
	Soma da Ação:	**5.000,00**
2027	FUNCIONAMENTO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
31901100 - 1.500	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.292.819,61
	Soma da Ação:	**1.292.819,61**
2058	FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	
33903200 - 1.632	Material, Bem ou Serviço Para Distribuição Gratuita	590,00
	Soma da Ação:	**590,00**
	Soma da Unidade:	**2.509.618,38**
12017	**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PROJETOS - SEOP**	
2010	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL, ENCARGOS E BENEFICIOS	
31901100 - 1.500	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	6.000,00
	Soma da Ação:	**6.000,00**
	Soma da Unidade:	**6.000,00**
	Total Geral:	**2.615.618,38**

Art. 3º - Este(a) Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.
Município de Alagoinhas, Estado Da Bahia 21 de outubro de 2026.

GUSTAVO AUGUSTO DE SOUZA CARMO
PREFEITO Mat.189634

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
PRAÇA GRACILIANO DE FREITAS, 1 - CENTRO
Alagoinhas - BA
C.N.P.J.: 13.646.005/0001-38

De 21/10/2026 à 22/10/2026

DECRETO 262/2026

Abre CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de 152.932,34 (CENTO E CINQUENTA E DOIS MIL E NOVECENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS) e dá outras providências.

O(A) Prefeito(a) Municipal de ALAGOINHAS, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e de acordo com o que lhe confere a Lei Nº 2890 / 2025,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO SUPLEMENTAR, na importância supra, para reforço das seguintes Dotações:

14021	**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO - SECET**	
2071	INCENTIVO E APOIO AO ESPORTE	
33903900 - 1.500	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	150.000,00
	Soma da Ação:	**150.000,00**
	Soma da Unidade:	**150.000,00**
14022	**FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DE ALAGOINHAS - FMCA**	
2070	EVENTOS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS	
33903900 - 1.500	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.932,34
	Soma da Ação:	**2.932,34**
	Soma da Unidade:	**2.932,34**
	Total Geral:	**152.932,34**

Art. 2º - Para fazer face ao Crédito aberto no artigo 1º, utilizar-se-ão os recursos de anulação total e/ou parcial de dotações, de acordo com o previsto no Art. 43, paragrafo 1º, inciso III da Lei 4.320/64, conforme discriminação abaixo:

12017	**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PROJETOS - SEOP**	
1260	IMPLANTAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	
44905100 - 1.500	Obras e Instalações	70.000,00
	Soma da Ação:	**70.000,00**
	Soma da Unidade:	**70.000,00**
14021	**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO - SECET**	
1199	MELHORIA E EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA ESPORTIVA	
44905100 - 1.500	Obras e Instalações	80.000,00
	Soma da Ação:	**80.000,00**
2225	FOMENTO AO TURISMO	
33903900 - 1.500	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.932,34
	Soma da Ação:	**2.932,34**
	Soma da Unidade:	**82.932,34**
	Total Geral:	**152.932,34**

Art. 3º - Este(a) Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Município de Alagoinhas, Estado Da Bahia 22 de outubro de 2026.

GUSTAVO AUGUSTO DE SOUZA CARMO
PREFEITO Mat.189634

Certificação Digital: LOWFMRGD-7IACZBPB-WRMUZK98-ORAOFKCU
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/alagoinhas
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil